

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Paula Chieffi

Políticas outras

Mestrado em Psicologia Clínica

Núcleo de Estudos da Subjetividade

São Paulo

2009

Paula Chieffi

Políticas Outras

Mestrado em Psicologia Clínica – Núcleo de Estudos da Subjetividade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica sob a orientação do Prof^a. Doutora Suely Rolnik.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço a Capes pela bolsa concedida.

A Suely Rolnik pela orientação e por ter me ensinado que nossa melhor contribuição para o mundo é aquilo que melhor sabemos fazer, o que nos faz vibrar.

Ao professor Luiz Benedicto Lacerda Orlandi pela disponibilidade e sabedoria prática.

Às professoras Cristina Vicentin e Cintya Ribeiro pela leitura dedicada na qualificação.

Ao Núcleo de Subjetividade pela possibilidade de exercício e produção acompanhada do pensamento. Aos professores Peter Pál Pelbart e Denise Santanna pelas belas aulas.

Aos amigos e colegas de Núcleo (e tudo que ele opera): Wanderley Moreira, Thais Graciotti, Lucimar Bello, Juliana Dorneles, Mariana Marcassa, Rafael Adaime, Edson Barrus, Cristiane Mesquita, Andrea Amparo, Elisabeth Pacheco.

Aos entrevistados: Joana Zats Mussi, Glauco Paiva, Silvio Tambara, Albert Pelegrini, Ricardo Bruns e Mariah Leick, essenciais para o pensamento produzido aqui.

A Ana Lucia Rocha e Maria Zeneide Monteiro pelo disparo inicial.

A minha família: Pedro Paulo e Meyri, pai e mãe, que me picaram com um bicho chamado política; a minha avó Edna, pela luz; Marga e Sueli pelo apoio. Aos inclassificáveis Eduardo Venci Bueno, André Chieffi, Karin di Monteiro, Carolina Moura e famílias.

A Ana Cecília Venci Bueno e Ana Luiza Chieffi pelo suporte generalizado.

Aos amigos sempre presentes Fernanda Silvaes, Cristina Filizzola, Ricardo

Carneiro, Silvia Galessio, Rene Motta, Alice Jimenez, Julio Neres, Claudia Charoux, Natalia Noguchi.

Ao primo Pedro Ribeiro pelas filmagens, a Mariana Nóbrega e Raimo Benedetti pela ajuda técnica, a Maíra Bühler pela câmera, ao Carlos Filadelfo pelo contato com o Movimento de Moradia do Centro.

Ao Gabriel Stampfli pelo amor (e pela filmagem, digitalização e dedicação).

SUMÁRIO

1. Metodologia viva	8	
A cartografia	11	
2. Introdução	16	
1968 faz quarenta anos ou a arte como intercessora		19
3. Experiência como via de acesso	26	
Experiência política	31	
Experiência sensível	34	
4. Uma aproximação da política	40	
Uma política da memória	40	
A antropologia política como intercessora		43
A sociedade contra o Estado	44	
Política-Estado	49	
Zonas fronteiriças	50	
Campo da resistência	52	
5. Entrevistas: contatos, contágios	58	
Joana	58	
Glauco	62	
Silvio, Albert e Ricardo	65	
Mariah	70	
6. Cartografias possíveis	71	
Outras políticas		
Políticas outras	75	
Do corpo	76	
A ação direta como princípio		78
Multiplicidade	79	
Pensamentos urbanos	80	
Bibliografia		82

Resumo

Esta dissertação busca cartografar ações políticas contemporâneas. Para isso entrevista seis diferentes pessoas - que configuram práticas sociais e experiências distintas - e dialoga com a arte e a antropologia política para rastrear e pensar composições de força do desejo que favorecem a afirmação de novas possibilidades de vida. Tem como principal ferramenta o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O encontro intensivo e a expressão de seus efeitos, a multiplicidade, a ação direta, o pensamento em cruzamento com a cidade e o foco na experiência sensível são alguns elementos que caracterizam políticas nômades, transversais e intempestivas. Políticas outras.

Palavras- chave: experiência política, imanência, cartografia, intensidade, sensibilidade, invenção.

Abstract

Based on concepts and thought of Gilles Deleuze and Félix Guattari, the present research aims at outlining contemporary politics action. In this direction were interviewed six different people - different experiences, different social practices. This dissertation dialogues with art and political anthropology to compose desiring forces able to enlarge the potency to say yes to other forms of existence. The intensive experience and its expression, multiplicity and the direct act characterize politics as nomadic, disruptive and intense.

Key words: political experience, sensibility, immanence, cartography, intensity, invention.

1. Metodologia viva

Como forma de apresentar o trabalho e dar foco ao processo de sua produção, será utilizada como estratégia a explicitação dos caminhos percorridos, das encruzilhadas enfrentadas, dos encontros que possibilitaram sua tomada de consistência. Esta é a metodologia que percorre e faz percorrer o trabalho: uma cartografia.

No início da produção duas questões nortearam a escrita deste texto: como a experiência política da geração de 1960 e 70 pode potencializar (ou não) a produção de uma ação política na atualidade? Como se configura a experiência política de jovens hoje?

Tais indagações delinearam o seguinte **problema de pesquisa**: que idéia de experiência política poderemos extrair dessa discussão? Para isso alguns percursos se faziam necessários:

- cartografar sentidos de experiência política: fazer aproximações da experiência de militância e seus efeitos; pensar suas potências e limites e o campo que se configura a partir das mesmas;
- pensar como se configura a ação política hoje a partir da memória da experiência sensível de pessoas que viveram a juventude em 1960 e 70 e de jovens da atualidade, filhos de ex-militantes.

Estas questões, bem como as linhas pensadas para percorrê-las, se inserem no **horizonte teórico** dos estudos da produção de subjetividade que tem seus conceitos-força na filosofia da diferença e na esquizoanálise proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari.

O processo de subjetivação é aqui entendido como aquilo que dá lugar a organizações provisórias dos múltiplos fluxos que operam em nossas vidas; resulta dos encontros que vamos fazendo com as forças que compõem o mundo, em sua complexidade e variação, e das inscrições de seus efeitos em nosso corpo. É a partir daí que se criam diferenças, entendidas como produtos singulares do devir impulsionado pela experiência de tais inscrições. Diferenças, pois, que não são o

ponto de partida, mas sim o ponto (provisório) de chegada, já que se engendram nos encontros.

O **método** utilizado para dar corpo aos questionamentos propostos é a cartografia, investigação dos processos de subjetivação que envolvem o desejo e resultam nas formas da realidade subjetiva e objetiva.

Que representações os jovens têm de ação política na atualidade? Que tipo de ações vêm sendo por eles produzidas? E como se diferenciam tais ações?

Ao acessar o campo da experiência sensível, o presente trabalho pretende cartografar movimentos com teor político, o qual nem sempre é visível, e muito menos reconhecido como tal. Cartografar posturas e figuras da ação política.

A especificidade da cartografia como método é a de se fazer ao mesmo tempo que o movimento a ser cartografado; uma perspectiva de investigação que não se limita a mapear determinada situação, em sua face visível e que, para isso, opera num campo de representações já dado.

Esta investigação se insere no campo da “batalha por novos sentidos”¹, uma vez que se fundamenta na idéia de que o sentido não está dado, à espera de ser descoberto; nesta perspectiva o sentido é produzido a partir do jogo de forças que operam no campo social e a cartografia que se constrói a partir do lugar em que nos situamos neste jogo.

A **estratégia** para aproximação dos intercessores que permitiram produzir esta noção de política será a entrevista semi-estruturada. A idéia é que os entrevistados ‘falem em seu próprio nome’² de sua experiência política.

Esse tipo de entrevista, chamada também de entrevista de profundidade, difere das que seguem uma pauta rigorosa e previamente estabelecida para a

¹ discussão em aula do Prof. Luiz Orlandi do Núcleo de Subjetividade sobre a obra *Lógica do sentido*, de Gilles Deleuze.

² ‘ não é falar na primeira pessoa do singular. É nomear as potências impessoais, físicas e mentais que enfrentamos e combatemos quando tentamos atingir um objetivo, e só tomamos consciência do objetivo em meio ao combate.’ Deleuze, G. [1990] 1992: 111

chamada coleta de dados. Aqui, o roteiro ou tópico guia “não é uma série extensa de perguntas específicas, mas ao contrário, é um conjunto de títulos de parágrafos. Ele funciona como lembrete para o entrevistador”.³

Dessa forma, a entrevista não apresentou um roteiro fechado de perguntas, mas um horizonte de questões que privilegiam o encontro com o entrevistado no sentido de acessar sua experiência sensível. Como questão disparadora da conversa foi proposta uma abrangente pergunta, comum a todos os entrevistados: **qual a sua experiência política?**

Com esta pergunta pretendeu-se convocar os entrevistados para a questão da pesquisa e registrar que produção de sentido se faz a partir dela. A idéia é acessar as sensações e os pensamentos que possam surgir a partir das mesmas; não o que aparece como uma categoria já formalizada, mas o que pode ser construído no encontro-entrevista. A pergunta dispara e ativa algo do presente? Para onde ela convoca o entrevistado? Que produção se faz a partir dela?

A idéia foi seguir caminhos apontados pelos entrevistados, sem uma organização prévia de conceitos ou informações a serem seguidos. E, a partir das respostas, atentar para os traçados que pudessem surgir na direção de uma idéia de experiência política que colabore para a abertura de um campo de ação crítica e de afirmação da vida.

Com isso esperou-se acessar trajetos, práticas, experiências dos entrevistados, fugindo de opiniões e interpretações acerca do tema em análise que ficariam restritas ao campo da representação.

As entrevistas se definiram a partir das questões com as quais a pesquisa se defrontou; por isso não houve um número pré-determinado de sujeitos a serem entrevistados. O critério para a escolha dos entrevistados se fez ao mesmo tempo que os percursos que se mostravam fecundos para o enfrentamento dos problemas que iam surgindo ao longo do processo cartografado. Entrevistas que potencializariam tal enfrentamento. Assim, a escolha do primeiro entrevistado

³ Gaskell, G. 2002: 66-67

surge da lógica inicial da pesquisa: uma jovem, filha de pais que militaram durante o regime militar, que desenvolve uma prática social. As demais aconteceram a partir de outros caminhos abertos na produção da própria pesquisa: primeiro, a aproximação de práticas contemporâneas independente da relação com a geração de 1968, deslocando o interesse pelo campo da memória dos fatos e suas representações, para o campo da memória intensiva; em seguida, a não restrição da faixa etária dos entrevistados, priorizando movimentos. Tais deslocamentos serão detalhados a seguir.

A cartografia

A metodologia empreendida nesta pesquisa *“acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos.”*⁴ *Ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis do desejo, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente.”*⁵

A cartografia exige um olhar atento e uma presença sensível do pesquisador. Isso significa estar aberto aos diversos encontros que possam surgir durante a pesquisa (com livros, pessoas, idéias, filmes, fatos, aulas, professores etc) e aproveitá-los para dar consistência às questões que o pesquisador-cartógrafo persegue. *“Neste sentido, a criação de uma cartografia não responde apenas a critérios objetivos ou técnicos; os aspectos subjetivos, as sensações, as respostas do corpo, também participam dela, trazendo a dimensão da experiência.”*⁶ Por isso ela será aqui qualificada como uma metodologia viva: ela é antes de mais nada uma atitude.

A atitude cartográfica se apresenta como uma boa estratégia para acessar afetos produzidos na experiência e nos encontros já que se dá na “escala 1:1”⁷: o

⁴ Rolnik, S. [1989] 2006:15

⁵ Rolnik, S. [1989] 2006 :62

⁶ GAC (Grupo de Arte Callejero-Argentina) [2004] in: PI, 2008:45

⁷ Idem: “É essa forma de conhecer, em parte consciente, em parte não, em parte objetiva e em parte subjetiva (...) que nomeamos ‘escala 1 a 1’, por oposição à definição 1:1000, 1:1000.000 ou 1 a n dos mapas geográficos, escolares, demográficos ou militares. É a escala na qual vivemos a ação e nos

pesquisador cartógrafo está na cena, assim como as diferentes matérias que vão compondo e adensando um plano de consistência para sua questão-busca.

Esta pesquisa começa, como apresentado no início do texto, com a seguinte problemática: como se faz política hoje, tendo como olhar a experiência de militância dos anos 1960 e 70? É impossível deixar de contar com a memória da pesquisadora-cartógrafa que traz em seu corpo marcas das experiências políticas de passeatas⁸, bocas de urna, acompanhamento de apuração de votos, histórias de cavalos imensos que caíam sob um chão com centenas de bolas de gude, prisões escuras, ratos no colchão, mortes, torturas, cartas delicadas e amareladas no fundo do armário, lutas.

A memória sensível destas experiências é o que leva a pesquisadora a aproximar-se do tema da política: tal memória impregna a cartografia inicial e dá consistência e contorno ao primeiro modo de expressar a questão da presente pesquisa, como descrito a seguir.

Primeiro movimento: entrevistar militantes da década de 1960 e 70 e jovens contemporâneos para acessar suas experiências e delinear campos da ação política hoje.

Realizo duas entrevistas, João e Joana, ex-militante e jovem filha de ex-militantes, respectivamente. De um lado, histórias conhecidas, aperto: o percurso do militante soa familiar, conecta-se com diferentes histórias vividas e relatadas pelos pais da pesquisadora. De outro: excitação, reverberação que dura no corpo da pesquisadora-cartógrafa, muitas linhas possíveis.

Um encontro: leitura do livro “A história do pranto”⁹ bem como entrevista do autor sobre a obra. Confusão, proximidade. Há um monopólio da memória e da história em jogo quando se fala da experiência política na época da ditadura? Há um estatuto de verdade nos depoimentos de quem foi torturado, exilado, ou seja, quem

movemos, nos detemos, confrontamos, avançamos ou retrocedemos, é a negação da representação de outra coisa, pois é realidade vivida como imediata e de maneira compartilhada.”

⁸ Passeatas no contexto do movimento pelas "Diretas Já".

⁹ Pauls, A. 2008

“realmente sofreu” sob o regime militar? E quem pode falar sobre política hoje: os filhos de tais “sofredores”?

Neste momento, a pesquisa apresenta os seguintes problemas a serem enfrentados:

1. É válida a discussão da memória como posse ou poder, ou seja, só quem possui determinada memória pode dizer sobre determinados assuntos (o que garantiria um estatuto de veracidade)?
2. A escolha por entrevistar filhos de ex-militantes potencializa a discussão do problema de pesquisa?
3. A experiência de outros jovens tem a contribuir ou pode despotencializar a discussão?

Segundo movimento: banca de qualificação. No encontro com as professoras que qualificaram este trabalho, surgem caminhos possíveis. A escuta deve estar voltada para os jovens, pois é neles que se encontra a vibração da política, sejam eles filhos de ex-militantes ou não. O que interessa pensar neste trabalho é a memória impessoal e a experiência singular. Neste sentido, todos aqueles que se sentem convocados hoje a pensar a política são herdeiros da geração de 1960 e 70.

O problema de pesquisa permanece, mas o foco passa a ser outro: privilegiar **a escuta de jovens com práticas sociais** buscando delinear a idéia de experiência política que permeia as mesmas.

Outros encontros surgem a partir daí, a busca passa a ser por jovens com práticas sociais e culturais. Tal busca dará o tom das outras três entrevistas - ativação de redes virtuais, bicicletada, movimento de moradia do Centro.

A segunda entrevista apresenta outra questão que se impõe no andamento da pesquisa: por que escutar jovens? O campo perseguido é aquele que por sua natureza intensiva faz vibrar. Ora, isso caracteriza determinadas práticas, independentemente da faixa etária.

O critério de busca pelos entrevistados-aliados passa a ser o envolvimento em ações e movimentos na atualidade. Tais movimentos serão seguidos, acompanhados, para se traçar cartografias de ações políticas contemporâneas.

Um jeito de criar ou a mudança de rotas como constitutiva da pesquisa: a escolha de atitudes e abordagens cartográficas implicam em uma forma de pensamento que depende de **intercessores**. O ato de pensar não é individual, pessoal; ele se dá no encontro intensivo. Para isso se estabelecem relações de vizinhança com aqueles que intensificam o processo que visa tornar sensível o problema que desencadeou o trabalho de pesquisa – nesse caso, como se configuram ações políticas nos dias de hoje.

Tais relações não dependem de conexões diretas: *“as conexões de um pequeno pedaço com outro se fazem de uma infinidade de maneiras possíveis e não são pré-determinadas. São espaços desconexos.”*¹⁰

A conexão já é parte do processo de produção do pensamento, não existe *a priori*. O que põe em movimento o pensamento, disparando e produzindo conexões?

Neste sentido, esta pesquisa se produziu no encontro com dois intercessores:

- Arte – como produtora de pensamento sensível e como objeto de instrumentalização por parte do atual regime capitalista.
- Antropologia política – a partir do pensamento de Pierre Clastres (1934 – 1977) filósofo e etnólogo francês que dedicou seus estudos ao funcionamento das sociedades primitivas e imprimiu novas formas de percebê-las: como posicionadas deliberadamente contra o Estado; como sociedades que têm como motor a guerra; como fundadas na lógica da abundância e não da escassez.

¹⁰ Deleuze, G, [1985] 1992:154

Terceiro movimento: as entrevistas e as leituras realizadas durante o processo de escrita também tiveram como objetivo dar consistência e ajudar a expressar as questões e pensamentos produzidos ao longo da pesquisa. Funcionaram como aliados e são parte integrante do trabalho na medida em que abriram caminhos e diferentes percepções acerca do tema, conferindo tons, nuances e contornos para a questão proposta.

Outra camada ativada neste processo cartográfico foi o registro em vídeo das entrevistas. Tal registro tem como disparadora a idéia de acessar posturas e gestos que se produzem no encontro entrevistador-entrevistado. Teve como intenção trabalhar com camadas que fogem da fala do entrevistador-entrevistado. Tentar fugir e fazer fugir fragmentos e lascas sensíveis. Funcionou também como uma forma de experimentação, já que o não domínio da técnica pode abrir espaço para um “olho cego” que tateia intensidades; uma tentativa de exposição e registro dos afectos disparados pelo encontro-entrevista. O que pode captar uma lente?

Tal registro também faz ressonância com o que foi se produzindo como conceituação de ação política: a possibilidade da ação direta, sem mediação, mesmo que dependente do outro (câmera, entrevistados, profissionais do audiovisual). Não se tratou de um registro da pessoa do entrevistado, mas daquilo que se produziu de singular no encontro entre ele e o entrevistador.

Além disso, a experiência com o registro audiovisual trouxe outros encontros para o campo da pesquisa: com a câmera, com as imagens, com outros profissionais, com a ação de entrevistadora. Manipulação e ação sobre as matérias que foram dando consistência para a produção escrita da pesquisa-cartografia. Um espaço de experimentação.

No momento da análise das entrevistas o registro audiovisual serviu para reativar o encontro. Foi composto um corpo com as anotações realizadas nas entrevistas, a memória corporal da entrevistadora e os depoimentos dos entrevistados, com suas pausas, rostos, risos, dúvidas.

Assim, o registro em vídeo funcionou como um ativador potente de diferentes camadas mobilizadas no encontro-entrevista que puderam ser materializadas na análise e discussão das entrevistas.

Caracterizada dessa forma, a metodologia empreendida nesta pesquisa se afasta do método que “*traça um caminho que deve ser seguido de um ponto a outro*”¹¹ e se constitui como um programa para experimentar percursos que se farão ao longo do trabalho.

¹¹ Deleuze, G; Guattari, F. 1997:47

2. Introdução

Muito se ouve acerca de uma suposta ausência do político das gerações seguintes ao período da ditadura militar: alienados, despolitizados, desinteressados. O que move o jovem de hoje? Quais tensões estão postas para a criação e o pensamento? O que é fazer política no contexto atual do capitalismo mundial integrado¹² e do trabalho imaterial¹³?

Em um livro recente de Zuenir Ventura¹⁴, aparece a seguinte idéia:

“Rebeldia, contestação, militância política, uma causa, impaciência, voluntarismo, onipotência são categorias que não freqüentam mais o universo da juventude. Foram substituídas por fenômenos como a inapetência política e a chamada anomia, ou ausência de regras. Com o “fim da história”, a descrença nas ideologias e a ausência de modelos, os jovens urbanos dos anos 2000 se voltaram para si mesmos. Cuidam mais do bem-estar próprio do que dos outros. A música eletrônica e as festas rave são a sua diversão, e a internet, sua ocupação permanente.”

É importante pensar que um livro e/ou uma idéia não têm um sentido em si, oculto. O sentido está na força que se conecta a eles.¹⁵ Desta maneira, a idéia apresentada acima coloca algumas questões:

Como se produz essa afirmação? Trata-se de despolitização ou de outras formas de se fazer política? Em conexão com qual percepção de política se produz este jogo?

Ventura diz ainda, em seu livro já citado:

¹² Guattari, F.; Rolnik, S. 2005: 411

¹³ Hardt, M.; Negri, A. [2004] 2005: 100

¹⁴ Ventura, Z. 2008: 110

¹⁵ “Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender em um livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades (...)” Deleuze, G; Guattari, F. [1980] 1995:12

*“o que estaria faltando a essa turma é uma experiência concreta – seja ideológica, religiosa, literária, poética ou social – a ser copiada.”*¹⁶

Do ponto de vista desta investigação, a aproximação com experiências vividas por jovens pode apontar para formas novas de atuação: outras políticas. A jovialidade é aqui entendida *“como perda da experiência, da desagregação da tradição e do desaparecimento do sentido primordial”*¹⁷, ou seja, como a possibilidade de produção de novos sentidos a partir da experiência. Não está necessariamente relacionada a uma faixa geracional, mas a um rompimento com tradições estereis e a uma valorização da experiência sensível.

Como se pensa, hoje, a atuação política? Qual é o seu valor?

Estas são algumas das questões que a presente pesquisa pretende abordar.

É com este sentido que o trabalho investigará qual a experiência política contemporânea a partir de práticas sociais e culturais atuais. Com isso, pretende-se colocar em combate diferentes concepções de experiência política.

A idéia de combate aparece em um texto de Deleuze¹⁸ como uma forma de se opor à idéia do juízo. Segundo o autor, o juízo se afasta da experiência uma vez que *“somos desapossados, expulsos de nosso território”*¹⁹ em nome de valores eternos e transcendentos. *“O combate, ao contrário, é essa poderosa vitalidade não-orgânica que completa força com a força e enriquece aquilo de que se apossa”*.²⁰

Neste sentido, pôr em combate diferentes concepções de experiência política significa se colocar à escuta e ir ao encontro de diferentes práticas contemporâneas e, com isso, cartografar movimentos novos que apontem

¹⁶ Ventura, Z. 2008: 26

¹⁷ Benjamin, W. Apud Gagnebin: 1996:18

¹⁸ Deleuze, G. [1993] 1997:143

¹⁹ Idem:145

²⁰ Ibidem:151

para outras possibilidades de produção de experiência política. Significa, ainda, potencializar a atuação política frente aos desafios postos na produção de subjetividade atual a partir destes movimentos e práticas contemporâneas. E também perguntar-se com qual pensamento estes movimentos se aliam, quais idéias e territórios produzem.

“É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle”.²¹

A idéia, então, é traçar uma cartografia dos sentidos de experiência política hoje. O material para este traçado será basicamente um conjunto de entrevistas com pessoas que configuram diferentes práticas, herdeiras da geração que viveu sob a ditadura, bem como a análise destas entrevistas no encontro com uma produção conceitual acerca do tema.

²¹ Deleuze, G. [1990] 1992: 218

1968 faz quarenta anos ou a arte como intercessora

Contexto

“(...) um século de psicanálise nos terá mostrado que a cura das feridas deste porte tende a estender-se por trinta anos. Se consideramos que a instrumentalização das mutações que resultaram dos movimentos dos anos 1960 e 70 provocou um novo trauma que, no final deste período, somou-se ao já existente por conta da ditadura agravando ainda mais as feridas da subjetividade – um trauma sem dúvida mais light e sedutor que a mão pesada do Estado militar, mas nem por isso menos nefasto em seus efeitos – , seremos levados a reconhecer que um balanço mais completo só se faz possível agora.”

Suely Rolnik²²

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa a idéia de trabalhar com pessoas envolvidas diretamente com os acontecimentos relacionados ao golpe militar de 1964, a resistência política e a produção cultural da época foi abandonada.²³ No entanto, tal momento histórico é de fundamental importância, pois representa um marco na história política do país. E, para além deste componente extensivo da história, pode-se contar com a força de criação convocada nesta época e que ficou aprisionada (censurada, sufocada e até mesmo exterminada) por conta da forma de subjetividade dominante que priorizou o fortalecimento do mercado e de produtos e modos de vida em consonância a este processo. Como acessar esta força de criação? Como isso tem ocorrido?

²² Rolnik, S. 2006: 22.

²³ Este processo está descrito na metodologia da presente pesquisa.

A forma veiculada pela grande imprensa quando aborda a comemoração dos 40 anos de 1968 nos suplementos jornalísticos dedicados ao tema traz a ação daqueles que resistiram ao regime ditatorial como algo extraordinário. Esse tipo de abordagem exclui o contexto no qual tal ação foi produzida e a prioriza como um resultado de ideologias que se oferecem *a priori*, dissociadas dos acontecimentos. Isso implica em ignorar a possibilidade de que muitas pessoas foram “obrigadas a resistir”²⁴, pois tiveram sua sensibilidade violada pelo regime. Para muitos foi uma questão de vida ou morte – não pelo heroísmo, mas pelo agenciamento da própria vida que pedia passagem e era soterrada em salas de tortura e na experiência de terror de se ver ameaçada qualquer tentativa de criação (seja ela artística, científica ou existencial).

O que esta forma de abordar a história deflagra? Qual sentido está aqui em operação? Uma indicação possível é que a criação e reafirmação de figuras como a do herói-guerrilheiro delineiam as supostas formas corretas de se fazer resistência (num mapa já conhecido e estudado). Uma imagem se constrói e pode ser inclusive, comercializada. Já existem “*experiências concretas a serem copiadas*”, como aconselha Ventura.

Esta política da memória impede o acesso à história como conexão com a experiência sensível mobilizada no contexto que se quer investigar, condição necessária para “*identificar no passado os germes de uma outra história, (...) e dar uma nova face às esperanças frustradas.*”²⁵

Vale perguntar se esta abordagem do ano de 1968 e das idéias produzidas na época tem ressonância com o processo descrito por Suely Rolnik quando se refere aos museus de Arte que organizam exposições e acervos a partir de peças isoladas, para serem apreciadas como objetos-fetichê.

As exposições tradicionais de Lygia Clark que priorizam a cobertura da primeira fase da artista e reservam espaço restrito e acepitizado para o

²⁴ Parafraseando o “somos obrigados a pensar” de Deleuze

²⁵ Gagnebin, J.M. 1996: 8

trabalho posterior que ela realizou até o fim de sua vida são um exemplo claro deste processo. Para expor o trabalho que Lygia chamou de Estruturação do self, os museus dão destaques às peças e materiais que ela usava para promover o acesso à experiência sensível. São objetos como pedras, sacos de plástico, almofadas – peças que não têm valor se deslocadas da relação que a artista propunha com os perceptores de sua proposta.

Segundo Suely Rolnik, este processo neutraliza o potencial disruptivo da obra, sua força poética-política. Na apresentação destes objetos e/ou da imagem dos mesmos, assim como dos dispositivos no contexto dos quais foram criados, não se prioriza o processo de ativação da experiência sensível que tais práticas visavam; pelo contrário, o que predomina é sua desconexão da experiência na qual ganhavam seu sentido como obra. Objetos e imagens documentais são assim reificados e se transformam em fetiches, reduzidos a seu valor de mercado.

Ao se observar a cobertura que se fez dos 40 anos de Maio de 68 pela grande imprensa nota-se um processo semelhante com ao acima descrito: certa categorização de idéias-fetice, com todo glamour intelectual, paralisando qualquer tipo de movimento novo ou mesmo o contato com o movimento de contestação e resistência engendrado em 68. Dessa forma, ex-militantes se tornam heróis-peças-de-museu, ao som da Internacional e de palavras de ordem como “Viva o Socialismo”.

A inauguração de um espaço chamado de Memorial da Resistência em um antigo prédio do Deops²⁶ e que hoje pertence à Pinacoteca do Estado é um fato que deflagra este processo. Segundo o texto disponível no site da Pinacoteca:

“O projeto do Memorial da Resistência está voltado para a musealização da memória da resistência e da repressão, a partir da apropriação de um segmento do edifício que serviu, entre 1940 e 1983, para sede do

²⁶ Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo, órgão de repressão política que teve o ápice de suas atividades durante o regime militar (1964-1985).

Departamento Estadual de Ordem Política e Social do estado de São Paulo – DEOPS/SP.

(...) Por meio de estratégias museológicas e pedagógicas, pretende-se contribuir para a construção da memória e da história política do País, com ênfase na questão dos mortos e presos desaparecidos durante a Ditadura Militar.

Objetivos

Evidenciar os vetores da memória de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência como expressões do Estado Moderno;

Difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes, assim como de outros indicadores desta herança patrimonial;

Problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS paulista;

*Atualizar as questões relativas à repressão e resistência”.*²⁷

Tal iniciativa é necessária e legítima do ponto de vista macropolítico, pois instaura um campo de informação e comunicação que fornece elementos da realidade visível do período da ditadura e explicita sua permanência no presente. Do ponto de vista micropolítico, no entanto, corre-se o risco de barrar o acesso aos efeitos que a experiência de viver sob a ditadura produziu no corpo e, portanto, na subjetividade, ao promover o acesso apenas do ponto de vista do trauma e do sofrimento; não se coloca à disposição a memória da força de criação e de resistência diante de tal sofrimento.

Nesta operação, tende-se a fixar as representações da memória do ponto de vista macropolítico e a reiterar o encapsulamento da memória da experiência sensível vivida em sua dimensão micropolítica. Com isso, não se pode estabelecer conexões com as forças criativas engendradas em tal experiência e produzir saídas e expressões novas para o mal-estar que ela

²⁷ Informações disponíveis em www.pinacoteca.org.br

provoca. O poder de criação de novas possibilidades de vida afirmado pelo movimento dos anos 1960/70 no Brasil fica congelado no passado; seu potencial político e estético é capturado e neutralizado na produção de uma imagem que o mitifica e o reduz à sua exterioridade – erguem-se assim um parque de monumentos: monumento-resistência, monumento-guerrilheiro, monumento-tortura.

“Encerrar o fora, aprisionar o virtual, significa neutralizar a potência da invenção e codificar a repetição para subtrair dela toda possibilidade de variação, para reduzi-la a simples reprodução.”²⁸

Não se inventam outras formas de resistir. As expressões de contestação se asfixiam num campo já codificado de representações. O que foge deste campo não é identificado como resistência ou como ação política, os olhos continuam voltados para as grandes passeatas. Qual tipo de memória é valorizada neste processo? Como apurar o olhar para que alcance além do filtro das imagens da ‘resistência’ estabelecidas na memória oficial?

Ainda a arte

No caso dos artistas²⁹ dessa época, parte de suas práticas foram classificadas sob a categoria de ‘arte conceitual’, rotulada de política e/ou ideológica. Se é verdade que este rótulo se aplicaria a certas propostas artísticas a serviço da militância, ele é totalmente equivocado no que se refere a práticas artísticas que lograram fazer intervenções políticas na própria estratégia poética. Este foi o diferencial que marcou a arte produzida no continente latino-americano no período. Tal categorização contribuiu para desativar a memória da experiência vivida em tais propostas e, com ela, a produção de novas conexões que poderiam promover a abertura de possíveis.

²⁸ Lazzarato, M. 2004: 70

²⁹ As idéias trabalhadas a seguir foram apresentadas e discutidas no contexto de Conceitualismos do Sul/Sur, Seminário Internacional Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC - USP) . São Paulo, 23 a 25 de abril de 2008. Apoio FAPESP. Tais idéias estão particularmente presentes na conferência de Suely Rolnik, Desentrenhando Futuros.

Além disso, muitos artistas migraram do campo da arte para o da militância. Embora seja necessário examinar as causas desta migração, ela pode ser um indicador de que na época se pensava a produção artística como destituída de potencial político. Isso expressa a lógica dicotômica que separa arte e política, criação e resistência. Em todo caso, denota o conflito operante na época entre ação macro e micropolítica, a qual se perpetua, em outras bases, com a consolidação do regime capitalista neoliberal.

Hoje, com o novo regime já plenamente instalado, outro campo se configura. Isso porque a produção imaterial tornou-se instrumento importante do agenciamento capitalístico³⁰ via a produção de imagens (que são veiculadas como modos de vida a serem consumidos). O capitalismo cognitivo (como é chamado por pensadores contemporâneos como Toni Negri e Agamben) privilegia justamente o processo de criação; não evita fluxos desterritorializados, nem o mal-estar que experimentamos quando nos deparamos com uma sensação que ainda não tem sentidos categorizados. O que o regime atual instaura é a captura da obra/pensamento que foi criado, codificando-o a partir dos valores capitalísticos, o que esteriliza a potência crítica dos processos de criação.

É importante ressaltar que, desse ponto de vista, se entende “a produção tanto de conceitos como de formas de existência como atos de criação, o que nos permite considerar transformações existenciais, sejam elas individuais ou coletivas, como obras de arte.”³¹

Para circunscrever as urgências políticas que se colocam no atual contexto, este trabalho pretende acessar distintas experiências

³⁰ “Guattari acrescenta o sufixo “ístico” a “capitalista” por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do assim chamado “Terceiro Mundo” ou do capitalismo “periférico”, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social, em outras palavras, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação com o outro. (Esta temática encontra-se desenvolvida ao longo do livro, em diferentes direções).” Nota 15 de GUATTARI, F; ROLNIK, S. [1986] 2005: 413

³¹ Rolnik, S. 2007: 9-10

contemporâneas, de modo a potencializar a produção de sentidos para a atuação política no presente, configurando lutas possíveis.

Neste sentido, interessa cartografar os efeitos das urgências do presente tal como afetam os corpos e marcam a experiência de pessoas envolvidas em diferentes práticas contemporâneas. O contexto do capitalismo cognitivo serve como um plano para mapear os problemas que enfrentam as práticas recolhidas neste trabalho e os percursos que elas traçam, ressaltando suas singularidades. Isso porque não interessa aqui pensar o que há de universal no sistema capitalista; o que nos interessa são as experiências vividas neste regime, especialmente seus pontos de restrição da vida e o mal-estar que provocam, bem como as formas singulares que o processo de subjetivação encontra para expressá-los e criar linhas de fuga.

3. Experiência como via de acesso

Por que trabalhar com a política como experiência? Por que não fazer um estudo sobre a política em sua exterioridade, seus arranjos, suas representações?

A experiência é complexa, pois os encontros que ela implica não se reduzem a sua face extensiva – seu espaço empírico e o tempo cronológico que a pontua. Tais encontros implicam também uma face intensiva, onde se opera uma agitação de linhas virtuais. São essas virtualidades que dão consistência ao campo do desejo e aos acontecimentos ou sentidos que saltam dos estados de coisas atuais, vividos e percebidos no imediato das experiências – em outras palavras, são elas que dão consistência efetiva ao imaginário que vibra na experimentação política.

Essa complexidade da experiência política impõe ao pesquisador a necessidade de trazer sua análise para o campo do desejo e investigar como se criam sentidos para a atuação que se qualifica como política. Sentidos que estão impregnados pelo regime atual de organização da sociedade, o qual podemos designar, com Guattari, de Capitalismo Mundial Integrado (CMI): “o capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique de fora de seu controle”³². Ou seja, tais sentidos orientam não apenas a economia na figura central do mercado, mas também as condutas (como devemos nos relacionar, criar os filhos, trabalhar, amar, sonhar, planejar o futuro).

Dessa forma, se produzem conexões que definem uma política global, de e para as massas. Novas relações são tecidas a partir destas conexões:

³² Guattari, F.; Rolnik, S. [1986] 2005:411

“O capital internacionaliza-se de forma intensa definindo um mercado mundial, uma produção internacionalizada, uma elite dirigente internacionalizada, amparada por organismos multilaterais internacionais, novas tecnologias de informação ligando instantaneamente todas as regiões do globo, a exploração de mão-de-obra das economias com baixos salários e sem benefícios sociais, o poder crescente das empresas transnacionais, que passam a funcionar cada vez mais como organismos garantidores da liberdade de ação do capital internacional.”³³

Ao conceito de CMI compõe-se a idéia de ‘sociedade de controle’ apontada por Deleuze³⁴. Tal conceito surge para dar conta do então novo modelo de produção de sociedade, não mais pautado na ordem das disciplinas, tal como no regime vigente no período imediatamente anterior. Este último foi estudado por Michel Foucault em suas investigações acerca do saber, das relações de poder e dos processos de subjetivação no período em questão; o filósofo qualificou este regime de ‘sociedade disciplinar’.

As sociedades disciplinares estão situadas, segundo Foucault, nos séculos XVIII e XIX e atingem seu apogeu no início do século XX. Nelas as condutas eram orientadas por palavras de ordem; efetuavam-se a partir de meios de confinamento em instituições como as famílias, as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões. Instituições em que estavam dadas as condições para disciplinar os indivíduos e a massa inserindo-os em um mesmo sistema de linguagem e de produção. As formas de resistência possível diante desta organização se configuravam em sabotagens.

Diante da crise das sociedades disciplinares começa a se observar outra forma de organização social pautada na dominação pelo mercado – são as sociedades de controle que “*funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.*”³⁵ Não há mais uma unidade que disciplina e impõe regras de convivência; há o controle pelo

³³ Oliveira, L.M.B. 2007:44

³⁴ Deleuze, G. [1990] 1992: 219

³⁵ Deleuze, G. [1990] 1992: 216

mercado e a lógica das empresas que impõe um modelo competitivo que atravessa todos os indivíduos.

“Para o poder, o problema não é mais o de aprisionar o fora e disciplinar as subjetividades quaisquer (depois de tê-las apartado do virtual e da criação). Como tanto o fora e a potência de proliferação da diferença rompem o regime de encerramento, essas forças podem apenas ser moduladas. Não se trata, portanto, de discipliná-las em um espaço fechado, mas de modulá-las em um espaço aberto. O controle se superpõe, dessa maneira, à disciplina.”³⁶

Enquanto nas sociedades disciplinares, a dominação se encontra nas figuras do patrão e do especialista (médico, advogado, juiz), nas sociedades de controle o domínio está em nós mesmos: precisamos nos especializar, ter acesso à formação permanente, estar atualizados tecnologicamente, seguir as tendências da moda...

Trata-se de um processo de complexificação do capitalismo: práticas disciplinares não deixaram de acontecer simplesmente para dar lugar a práticas de controle; elas coexistem no contexto do CMI.

“Existe, portanto, uma moldagem dos corpos, garantida pelas disciplinas (prisões, escola, fábrica), a gestão da vida organizada pelo biopoder (Estado-providência, políticas de saúde) e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noopolítica (redes hertzianas, audiovisuais, telemática e constituição da opinião pública, da percepção e da inteligência coletiva).”³⁷

É importante destacar que este processo não é resultado de um contínuo histórico que se aprimorou e se efetivou na constituição da sociedade de controle. Segundo Foucault a história se dá por rupturas. Rupturas estas que se manifestam na produção de formas da sociedade e da

³⁶ Lazzarato, M. 2006: 72

³⁷ Idem: 86

subjetividade, na qual ganha corpo *a consistência sensível e existencial*”³⁸ de um regime.

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle e o contexto do capitalismo mundial integrado (CMI) interessam particularmente a este trabalho por constituírem o campo no qual se colocam as problemáticas de uma atuação política para os dias de hoje. A pergunta que se coloca é: como não se submeter ao controle aos quais nossos corpos estão constantemente expostos?

*“No lugar da produção de objetos da fábrica fordista, o que o novo regime produz fundamentalmente é uma ‘criação de mundos’. São os mundos-imagem fabricados pela publicidade e a cultura de massa, veiculados pela mídia, os quais preparam o terreno cultural, subjetivo e social para a implantação dos mercados.”*³⁹

Como não se submeter à promessa de ‘experiência paradisíaca’ veiculada pela mídia? Como não ficar preso às imagens de sucesso e felicidade que tal promessa comporta como valor?

E ainda, como nos ajuda a indagar Lucia Maciel Barbosa de Oliveira:

*“Como se consubstancia a resistência em tempos globalizados quando o controle sobre os sujeitos é exercido de forma capilar, englobando a vida em todos os aspectos?”*⁴⁰

Essas são questões que fazem sentido quando pensadas no contexto do capitalismo em sua expressão atual. O controle via imagem é uma das mais poderosas e perversas produções do presente, o que levou autores a chamar o regime em curso de ‘capitalismo cognitivo’. Com a força que a tecnologia e os meios de comunicação adquirem neste regime, estamos incessantemente expostos a uma diversidade de imagens que mudam

³⁸ Rolnik, S. 2008 (a): 3

³⁹ Rolnik, S. 2008(a): 7

⁴⁰ Oliveira, L.M.B. 2007:16

constante e velozmente. Novos estados sensíveis apresentam-se em nossos corpos, mas isso não garante a ativação da escuta para os mesmos.

A complexidade da experiência é sistematicamente reduzida, a tal ponto que chegamos a dizer que a própria experimentação de saídas é cada vez mais rara...

“(...) a experiência é cada vez mais rara por falta de tempo. Tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E, com isso, reduz-se a um estímulo fugaz e instantâneo que é imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera.”⁴¹

O que o capitalismo cognitivo faz é instrumentalizar e aprisionar estas sensações e conectá-las com representações prontas e valorizadas na cartografia vigente, impedindo a produção de outras formas de representação e expressão da experiência sensível.

“Na realidade, a empresa neutraliza o acontecimento, reduz a criação de possíveis e sua efetuação à simples realização de um possível já determinado sob o jugo das oposições binárias. As sociedades de controle caracterizam-se assim pela multiplicação da oferta de ‘mundos’ (de consumo, de informação, de trabalho, de lazer). Trata-se, porém de mundos lisos, banais, formatados, porque são mundos da maioria, vazios de toda singularidade. Não se trata, de modo algum, dos mundos dos possíveis, do acontecimento.”⁴²

Do ponto de vista da produção de subjetividade, o conhecimento, a criatividade e a inteligência se estabelecem como força de trabalho e se desdobram em modos de ser supostamente “espontâneos” e flexíveis, adaptáveis aos mais diferentes contextos e variações; ganha força a qualidade plástica no relacionamento com os mundos-outros. Contudo, essa característica não responde a urgências captadas pela sensibilidade e sua

⁴¹ Larrosa, J. 2004: 157

⁴² Lazzarato, M. 2006: 101

exigência de um trabalho de invenção para inserir-se na cartografia; diferentemente, ela responde a exigências do modo de vida dominante e sua oferta de imagens para identificação, de modo a garantir a ilusão de pertencimento.

A análise aqui proposta leva em conta a lógica atual do regime capitalista; no entanto, objeto desta pesquisa não é o regime em si. O que nos interessa é percorrer, no encontro produzido com práticas sociais e culturais contemporâneas, algumas de suas características tal como aparecem na atualidade e as linhas de fuga que se produzem na resistência aos pontos em que o regime se torna intolerável.

“Não existe capitalismo universal e, em si, o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, ele é sempre por natureza neocapitalismo (...)”⁴³

É a partir da identificação do cruzamento das linhas que compõem a organização da sociedade atual – referenciada no modelo capitalista cognitivo – com as práticas contemporâneas, que se pretende aqui rastrear linhas de fuga e outras possibilidades de expressão e efetivação da vida.

“Não é preciso temer ou esperar, mas buscar novas armas”⁴⁴

Com os diferentes arranjos das sociedades capitalistas outras formas de ação de resistência ganham visibilidade. O discurso reacionário rapidamente trata de criminalizá-las (como acontece em relação à pirataria ou à criação de rádios-livres) ou neutralizá-las, mas o olhar atento do cartógrafo deve estar pronto para identificar movimentos novos que apontem para a criação de outras formas de expressão daquilo que se torna urgente para a vida.

Aqui se faz necessário um deslocamento de um sistema de relação com o mundo referenciado apenas no campo da representação para agregar-

⁴³ Deleuze, G; Guattari, F. [1980] 1995:31

⁴⁴ Deleuze, G. [1990] 1992: 220

lhe a referência ao campo da experiência sensível. Com isso, espera-se sair da dicotomia que configura ações reacionárias e ações de resistência e adentrar em um emaranhado de linhas que caracteriza processos de subjetivação e constituição de mundos, onde se misturam elementos de expansão e retraimento da vida, criação e contenção de novas linhas. Neste jogo, a ação política fica próxima à experiência e se afasta de manuais e ideologias. Ganham força a percepção e a sensibilidade em jogo a cada encontro, nos obrigando a delinear posturas e posicionamentos a cada cena, cartografando possíveis.

Experiência política

Está em operação nesta investigação um conceito ampliado de política que não abarca somente ações partidárias e/ou governamentais; consideram-se políticas ações que tornam sensíveis novos problemas e operam novos tipos de práticas que respondem aos mesmos. Tais ações podem se dar em qualquer campo da vida humana – na clínica, na sala de aula, na arte, no trabalho social, entre outros; elas operam nas relações cristalizadas, descoladas da experiência sensível das pessoas que as vivem e bloqueadoras da produção de novos sentidos para tais experiências. Neste âmbito, a ação política está relacionada com a criação, com a invenção de novas possibilidades de vida.

Lazzarato aparece como um aliado desta concepção de política:

“Podemos falar de crítica ou ação política toda vez que presenciamos a negação do que existe, sempre que verificamos uma operação de subtração, de recusa de alternativas dicotômicas atualizadas nas relações possíveis (seja nas empresas, na biopolítica ou na noopolítica) e que, através desta recusa, desta subtração, se abra o espaço constituinte da criação de possíveis, um tempo de experimentação e de colocar à prova.

Experimentação esta que, ao partir da especificidade de cada situação, se abre para o fora, interrogando, transversalmente, o conjunto das relações de poder.”⁴⁵

Está se pensando aqui na política enquanto um jogo intensivo, como uma aposta na direção de novos possíveis; estes não existem *a priori*, implicam um trabalho de criação. A política reduzida à dimensão extensiva da realidade não convoca a criação, mas sim a reprodução e manutenção do estado de coisas e sua lógica, mesmo que mudem suas formas. Já a política que inclui a dimensão intensiva é ativada na experiência das tensões que se

⁴⁵ Lazzarato, 2004:129

apresentam no cotidiano, sinais de interrupção da dinâmica da potência vital que nos obrigam a pensar e criar dispositivos para enfrentá-las de modo a devolver à vida o seu fluxo. Ou seja, a ação política aqui está conectada à experiência sensível: à capacidade de acessá-la e expressá-la, dando corpo para um novo modo de sentir e agir.

O objeto da experiência sensível é a imanência dos devires de si e do mundo, uma *“bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis.”*⁴⁶ Convoca-se, a partir daí uma nova sensibilidade.

“A política é, então, antes de mais nada uma questão de percepção”⁴⁷

Neste âmbito, a ação política se dá nos encontros, na maneira como somos afetados e afetamos. É preciso lançar mão de nossa sensibilidade para perceber o que nos encontros potencializa a vida e o que a despotencializa; o que se tolera e o que se torna intolerável, criando, assim, um novo regime de percepção inseparável da experiência sensível em sua potência de ressoar as forças que animam a dinâmica do meio em que se vive.

Aqui se faz necessária uma diferenciação: de um lado, uma ação política que parte da ativação desta sensibilidade e se pauta pela emergência de novas sensações e sentidos para a experiência; de outro, uma ação política que ignora a experiência – com suas linhas intoleráveis e aquelas que promovem desvios – e impede qualquer mudança ao reafirmar as idéias vigentes; e, deste ponto de vista, tanto faz se tais idéias pertençam àquilo que se qualifica como ‘direita’ ou como ‘esquerda’.

A idéia de política disparada na dinâmica das forças nos encontros abre a possibilidade de cartografar diferentes sentidos para a mesma. Para isso, pretende-se fugir da dicotomização direita-esquerda e/ou militante-

⁴⁶ Deleuze, G; Guattari, F. apud: Zourabichvili, [1996]. In: Alliez, E. (org) 1998:336.

⁴⁷ Zourabichvili, F.apud Alliez, E. (org) 1998: 340.

alienado em nome do acompanhamento de um regime de sensibilidade. As representações dicotômicas não dão conta da complexidade dos encontros. As perguntas são: como os acontecimentos do mundo me afetam? O que eu faço com os afetos que pedem passagem?

“Aquilo que se chama ‘lutas’, pelo menos em sua fase ascendente, e viva, exprime então, nesse sentido, menos a tomada de consciência do que a eclosão de uma nova sensibilidade.”⁴⁸

⁴⁸ Deleuze, G.; Guattari, F. [1984] apud: Zourabichvili [1996]. In: Alliez, E. (org) 1998: 34

Experiência sensível

Para se circunscrever a experiência política contemporânea, pretende-se partir das entrevistas com jovens – suas histórias, produções e experiências – e rastrear movimentos de ação política tais como se dão nos dias de hoje.

Quais questões estão postas para os jovens que vivem hoje, na era do capitalismo cognitivo e da sociedade da informação? Como este panorama se apresenta na produção de subjetividade contemporânea – nas falas e nas práticas destes jovens? Há criação de formas de expressão das urgências que se colocam em suas vidas?

Parte-se da idéia de que o processo de subjetivação se dá no entrecruzamento de diferentes linhas. Tal trama tece a complexidade da experiência. Nesse sentido, acessar a experiência dá a ver *“questões que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva.”*⁴⁹

Sendo assim, aproximar-se da experiência é aproximar-se de uma época, de uma forma de relação com o outro e de um grau de exposição aos encontros. É chegar perto de uma paisagem existencial feita pelos mais diversos acontecimentos.

Que idéias são disparadas a partir da pergunta genérica: qual sua experiência política? E por quais caminhos seguirá a conversa? O que se pretende convocar?

A proposta é instalar o encontro no campo da experiência como forma de acessar o outro enquanto campo de forças, se colocar à escuta do que se passou com o outro, do que o toca, do que lhe acontece.

⁴⁹ Rolnik, S. 2006: 11

*“A experiência é o que nos passa, ou o que nos acontece, ou o que nos toca. Não o que passa ou o que acontece, ou o que toca, mas o que nos passa, o que nos acontece ou o que nos toca.”*⁵⁰

Deleuze e Guattari propõem⁵¹ o acesso aos blocos de infância ao invés de se partir em busca da memória e da lembrança. Argumentam que o regime da memória funciona por pontos e pelo estabelecimento – em um campo de coordenadas já desenhado – de ligações entre tais pontos. Segundo tais autores o desafio que está posto para a criação de novas conexões é o acesso aos blocos sensíveis (blocos de infância, blocos sonoros, blocos visuais). Privilegia-se o agenciamento de linhas:

*“Tudo se faz ao mesmo tempo, num sistema multilinear: a linha libera-se do ponto como origem; a diagonal libera-se da vertical e da horizontal como coordenadas; da mesma forma, a transversal libera-se da diagonal como ligação localizável de um ponto a outro; em suma, uma linha-bloco passa no meio dos sons, e brota ela mesma por seu próprio meio não localizável. (...) Corpo sem órgãos, anti-memória (...)”*⁵²

Com isso, introduz-se a memória como possibilidade de ser portadora de intensidade e de produção de novos sentidos. Blocos de sensações que não respondem a representações determinadas e que podem ser agenciadas em diferentes linhas: não existe a experiência, mas *uma* experiência.

Seguindo esta postura, as opiniões e informações (pontos de memória) serão pouco privilegiadas em nome de sensações, detalhes que ressaltam por sua vitalidade, lascas de relatos que pulsam. Está em jogo aqui a experiência como forma de produção de intensidades. Não se trata da experiência presa ao estado de coisas, ao mundo em sua exterioridade. É preciso qualificá-la, então, como experiência intensiva; a memória também será convocada neste percurso como conexão com a intensidade. Não se trata, portanto, dos fatos como descrito nos livros de História. Mas a memória

⁵⁰ Larrosa, J. 2004:154

⁵¹ Deleuze, G e Guattari, F. [1980] 1995

⁵² Deleuze, G e Guattari, F. [1980] 1995: 85, vol 4.

intensiva, aquela que não pode ser reconhecida como pertencente a uma individualidade, mas como portadora da marca de uma singularidade, de uma tonalidade, de uma vibração – marca de um acontecimento.

Isso implica pensar que somos superfícies sensíveis que guardam marcas do mundo. O que tais marcas revelam? Eu só posso revelar aquilo que se passou comigo, retenho somente aquilo que *me interessa, que me afeta*. A subjetividade é um emaranhado de linhas e atravessamentos irredutíveis à individualidade de uma existência tal como a retina nos faz acreditar; sua produção é o efeito de múltiplos encontros. O que estes encontros disparam? O que se faz com as novas sensações experimentadas? Este processo configura o modo singular pelo qual as forças em jogo em determinado contexto histórico afetam e atravessam um corpo.

*“(...) o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície de sensibilidade na qual aquilo que passa afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos.”*⁵³

Pode-se pensar que os seres vivos são superfícies sensíveis que revelam fotografias do mundo⁵⁴. Vale dizer que “revelar”, aqui, se situa no âmbito da memória sensível, das marcas capturadas e retidas durante a experiência. Neste sentido, revelar se distingue do acesso a supostas verdades secretas e misteriosas, descoladas da vivência dos encontros.

“(...) o corpo, interposto entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos e de transmiti-los, quando não os detém, a certos mecanismos

⁵³ Larrosa, J. 2004:160

⁵⁴ As idéias trabalhadas neste parágrafo referem-se a discussões realizadas nas aulas do professor Peter Pál Pelbart no Núcleo de Subjetividade, Puc – SP. (os seres vivos são telas negras que interrompem a luz do universo. Neste sentido podem revelar a luz do mundo que neles incidem)

*motores, determinados se a ação é reflexa, escolhidos se a ação é voluntária.”*⁵⁵

Quais fotografias podemos revelar a partir da experiência disparada por movimentos contemporâneos? Quais singularidades se engendram neste campo de forças?

O que está em jogo aqui é a potência da subjetividade para captar o mundo enquanto campo de forças. Entre aquilo que me move (afeta) e o que devolvo como marca para o mundo, há um pequeno intervalo. Um hiato. O corpo vivo tem como característica esta hesitação, indeterminação. Nessa indeterminação há promessa de novidade, espaço para o imprevisível.

Essa hesitação pode resultar em um processo de invenção e expressão de mundo (criação artística, modo de ser, sentir ou pensar, território de existência) ou a projeção de determinado sentido a partir do mapeamento de representações em uso.

As imagens (encontros?) que nos afetam mas que não implicam em uma ação ou reação imediata resultam em uma tendência que não se atualiza como ação. Trata-se de um movimento que não se realiza, mas produz micromovimentos, expressões que ficam inscritas no corpo. Segundo Bergson, essas imagens formam a memória.

*“A memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida”.*⁵⁶

Aqui é preciso fazer uma diferenciação. A memória pode ser um campo de repertório das mais diversas experiências que nos marcam. Esse campo é convocado quando nos vemos frente a uma nova questão, diante de encruzilhadas. E então somos levados, por esta memória, a escolher justamente padrões semelhantes aos que já vivenciamos. Essa pode ser considerada a memória extensiva, àquela conectada ao estado de coisas, ao

⁵⁵ Bergson, H. 2006: 7

⁵⁶ Bosi, E. [1979]. 1983:9-10

mundo da representação. É a esta memória que Deleuze e Guattari se opõem ao propor um regime rizomático:

“Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado, não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados.”⁵⁷

Os autores aproximam tal memória de um General, pois não há espaço para o novo, mas um valor transcendente à experiência que deve ser reafirmado em nome de um encontro que não diz dos estados imanentes a ele.

Junto a este processo corre a memória do corpo – manancial das sensações produzidas e evocadas quando estamos expostos aos diversos encontros que é a variação contínua da nossa força de existir. Marcas ainda sem lugar, sem sentido. Pontos sensíveis que podem ser convocados a qualquer momento: ao toque de uma canção, um passeio na rua, à leitura do jornal.

“O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito.”⁵⁸

Memória extensiva e memória do corpo caminham juntas. São formas diferentes de acessar a experiência, ambas fundamentais para existência.

O movimento de acesso à memória do corpo é portador de um potencial crítico já que é disparado pelo atravessamento de forças que

⁵⁷ Deleuze, G e Guattari, F. [1980] 1995

⁵⁸ Bergson, H. 2006: 6.

evocam uma marca e a sensação de estranhamento que esta mobiliza. Tal sensação coloca em crise o mapa de sentidos do presente e nos obriga a engendrar outros sentidos e criar formas para torná-los sensíveis. Quanto mais precisa for a expressão deste processo, maior será a capacidade de transmitir a força que nos atravessou e maior será o poder de contaminação de sua potência sensível. Outras aberturas sensíveis podem ser disparadas em seu entorno.

Tal expressão compreende tanto o campo extensivo como o intensivo. Por um lado, o campo da experiência implica a matéria intensiva, presente “como emoção material, constitutiva do mais elevado pensamento e da mais aguda percepção”⁵⁹, na medida em que expressamos aquilo que nos intensifica. Por outro lado, no entanto, caso esse hiato entre o encontro que vivenciamos e a expressão das marcas do mundo-outro se corporifique como reação – ou seja, sem conexão com a experiência sensível –, não haverá espaço para a produção de novos sentidos e territórios existenciais. Permanecemos no repertório já conhecido, memorizado (no campo extensivo da memória, na memória organizadora) e, com isso, também permanece fixo o mapa das representações. O caráter crítico e político da experiência do mundo enquanto campo de forças e processualidade é aprisionado na reiteração de territórios desprovidos de fluxo vital e não se abre espaço para a produção de novas formas de perceber e sentir.

“A experiência, a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os

⁵⁹ Deleuze, G; Guattari, F. [1972] :27

*outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.”*⁶⁰

Neste sentido aproximar-se da experiência sensível é acessar o mundo a partir das marcas em nosso corpo das forças que o percorrem. É posicionar-se, a partir daí, no jogo de forças que sustentam a configuração social atual e abrir passagens para o fluxo vital em seus pontos de interrupção que podem reconfigurá-la; é colocar em funcionamento o potencial poético e político da vida entendida como processualidade em equilíbrio instável.

*“É experiência aquilo que nos passa, ou nos toca, ou nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto a sua própria transformação.”*⁶¹

Dessa forma, a experiência sensível é entendida como potencial agente transformador, na medida em que pode promover contágios sensíveis e convocar a eclosão de uma nova sensibilidade.

⁶⁰ Larrosa, J. 2004:160

⁶¹ Larrosa, J. 2004:163

4. Uma aproximação da política

Uma política da memória

No desenvolvimento desta investigação fez-se importante discutir a abordagem da memória adotada, como um dos vetores que norteiam as entrevistas realizadas. Isso porque, a primeira escolha dos sujeitos a serem entrevistados focava-se em filhos de ex-militantes das décadas de 1960 e 70. Neste momento, a aposta estava na idéia de que tais filhos estariam necessariamente conectados com a produção política daquelas décadas e marcas desta experiência estariam inscritas na memória de seus corpos que poderiam ser ativadas no encontro-entrevista.

No entanto, a leitura do livro “A historia do pranto”⁶² bem como de entrevista com o autor (Alan Pauls) trouxeram algumas questões à tona.

Em entrevista para a revista Bravo! o autor afirma:

*“Parece-me que, na Argentina, a história dos anos 70 é propriedade de quem a viveu. E isso só reforça a cultura de vitimização que temos aqui. É algo cultural, forte e nefasto. É uma extorsão sentimental.”*⁶³

Ainda que o autor se refira à ditadura argentina, sua visão parece ressoar na primeira opção da pesquisa que priorizava a escuta de filhos de ex-militantes. Tal opção implica numa concepção de memória como posse ou poder – ou seja, só quem possui determinada memória poderia falar sobre determinados assuntos, o que garantiria a veracidade do relato.

Alan Pauls prossegue na entrevista:

“Com este livro, eu quis mostrar que pode haver testemunho e pode haver verdade em alguém que não esteve diretamente ligado à ditadura militar, que não viu o que se sucedeu, assim como o protagonista da história. O que se passa na Argentina é que essa história dos anos 70 é um

⁶² Pauls, A. 2008

⁶³ Alan Pauls em entrevista para Duda Fonseca – Bravo! Julho de 2008 ano 11 n 131:64

monopólio de quem a viveu. Esse é o problema. Aqui, quem fala dos anos 70 são aqueles que militaram contra o regime, que foram vítimas da ditadura ou os filhos das vítimas, jornalistas etc. Mas, quando alguém que não pertence a essa comunidade pretende dizer algo sobre esse período, não importa em que direção, há sempre a pergunta ‘com que direito você pode falar sobre esse período?’, como se não existisse vida fora desse meio. Quero cortar isso. Todos têm o direito de falar.”⁶⁴

Na lógica que permeou o início do trabalho haveria então um culto à memória como portadora da verdade de experiências e de fatos históricos? Seria esta lógica o que fez a pesquisadora privilegiar num primeiro momento como supostos detentores da memória de uma época, aqueles que tiveram conexão direta com a mesma e que, por esta razão, disporiam da verdade sobre o que aconteceu?

No entanto, uma outra concepção de memória que inclui sua dimensão intensiva insinuou-se aos poucos no trabalho: o pesquisador aproximou-se então da memória do corpo onde se inscreve a experiência sensível. A partir daí, o alvo das entrevistas deixou de ser sujeitos e suas supostas verdades, deslocando-se para os blocos de sensação que percorrem afetos e que promovem processos de produção e diferenciação.

É esta a memória que a pesquisadora quer convocar quando pergunta qual a experiência política dos entrevistados. A partir daí abre-se a possibilidade de produção, no encontro-entrevista, do que vem a ser uma experiência política, para além de suas representações.

Parte-se também da idéia de que os entrevistados, tendo tido ou não contato direto com a experiência da ditadura, são herdeiros dessa geração, da memória das marcas de suas experiências e do pensamento que produziram. Mais uma vez aborda-se a memória de maneira impessoal e diluída. Pode-se pensar em um efeito-memória mais do que na transmissão de valores e informações. A forma como a organização argentina H.I.J.O.S.

⁶⁴ Idem:66

utiliza para apresentar quem são seus integrantes faz ressonância com a proposta aqui apresentada:

“H.I.J.O.S. é uma organização que existe em todo o país (...) e integrada por filhos de desaparecidos, assassinados, presos políticos e exilados durante a ditadura militar e os anos que a antecederam. (...) Em muitas regiões também fazem parte de nossa organização jovens que sem ter nenhum familiar envolvido diretamente pela ditadura, se sentem representados com nossos Pontos Básicos e com nossa forma de fazer política. Nossa forma de funcionar é horizontal, é dizer que todas, por menores que sejam, são tomadas em assembléia da qual participam todos os integrantes. Também significa que não há lugar para personalismo, nem chefes, nem comissões diretivas, nem presidentes. Horizontalidade significa ainda que temos uma grande vontade de consenso, e que alongamos as discussões até encontrar uma síntese coletiva sobre o tema em questão.”⁶⁵

Desse ponto de vista, as ações do presente que põem em operação o pensamento político engendrado nas décadas de 1960 e 70 fazem vizinhança e se conectam com a experiência vivenciada nesta época, sem necessidade de uma conexão direta com a mesma; têm conexão com atividades políticas da década de 1960 e 70 aqueles que se sentem convocados a colocar em operação este pensamento.

Assim, a escolha pela abordagem de práticas atuais se dá por conta do trabalho com a memória de um ponto de vista impessoal que pode abrir entradas para as forças mobilizadas na experiência política do presente.

⁶⁵ Tradução minha de trecho disponível em: www.hijos.org.ar : “H.I.J.O.S. es una organización que existe en todo el país (...) y que está integrada por hijos de desaparecidos, asesinados, presos políticos y exiliados durante la dictadura militar y sus años anteriores. (...) En muchas regionales también integran nuestra organización jóvenes que sin tener ningún familiar afectado directamente por la dictadura, se sienten representados con nuestros Puntos Básicos y con nuestra forma de hacer política. Nuestra forma de funcionar es horizontal, es decir que todas las decisiones, por pequeñas que éstas sean, se toman en el ámbito de la asamblea de la cual participamos todos los integrantes. También significa que no hay lugar para personalismos, ni jefes, ni comisiones directivas, ni presidentes. Horizontalidad quiere decir además que tenemos una firme voluntad de consenso, y que dilatamos las discusiones hasta lograr una síntesis colectiva sobre el tema en cuestión

Dessa forma, o campo da hereditariedade, delineado como disparador das entrevistas num primeiro momento da presente pesquisa perde espaço para o campo da experiência e de práticas contemporâneas.

Nesta perspectiva trabalha-se com o virtual; o foco não é a origem ou os fatos tal como distribuídos no tempo cronológico. O que se privilegia é a fisgada intensiva. E a intensidade é sempre contemporânea. Por que tal memória convoca? O foco está na dimensão processual da ação política. Quais práticas estão em jogo? O que elas mobilizam? Quais conexões se fazem possíveis a partir delas?

Portanto, convoca-se a memória como abertura para o que há de mobilizador no presente e pode, assim, ativar forças criativas que respondam a questões que aí se colocam. Delineia-se uma abordagem da memória livre de conexões pré- estabelecidas, memória a ser produzida e cartografada no encontro, a partir do disparo da pergunta: qual sua experiência política? Convoca-se, dessa forma, o entrevistado para o campo da pesquisa sem se recorrer à memória-que-arquiva, mas partindo da memória-que-fisga. Neste processo, a política da memória tornou-se um elemento central na abordagem do problema que o presente trabalho busca enfrentar.

E como essa abordagem pode contribuir para se pensar a ação política contemporânea? Haveria uma memória-que-arquiva em operação, restringindo o campo de criação de ações políticas? Existiriam relações de poder em jogo quando se busca tornar a memória-que-fisga disponível no presente? Como driblar este jogo de modo a ativar esta memória não só no entrevistado mas também no próprio entrevistador?

Para responder estas perguntas, se faz necessário diferenciar política e poder, de modo a participar do movimento coletivo que, de diferentes maneiras, vem minando subterraneamente a solda que nossa modernidade Ocidental colocou entre estas duas noções como se fossem indissociáveis, impondo esta lógica a grande parte do planeta que ela colonizou.

A antropologia política como intercessora

Pierre Clastres, nos estudos que empreendeu acerca das sociedades primitivas nos anos 1960 e 70, introduziu uma nova percepção de seu funcionamento. Para ele o modelo destas sociedades está fundado na recusa da divisão interna, no desejo de autonomia sociopolítica e na manutenção de sua história e de suas tradições. Essas idéias se contrapunham à visão tradicional que classificava tais sociedades como limitadas pela combinação de uma natureza hostil e um baixo desenvolvimento tecnológico.

Suas pesquisas também se diferenciavam de outras linhas como a antropologia marxista e o estruturalismo. Percorrer tais diferenças e aprofundar esta discussão se revela um campo interessante, mas que exige vasta pesquisa, o que nos afastaria dos objetivos deste trabalho. Vale dizer que as pesquisas nesta área continuam e mostram a complexidade da organização destes povos. A idéia de se aproximar do pensamento deste autor conecta-se com o plano de consistência que sua pesquisa e obra produziram para se pensar as sociedades ditas “primitivas” bem como lançar questões acerca de como funciona a nossa sociedade.

A sociedade contra o Estado

Em *A sociedade contra o Estado*⁶⁶, Pierre Clastres fala da perspectiva do Estado como elemento estruturante para olhar e categorizar as sociedades primitivas, imprimindo-lhes uma falta que as caracteriza como incompletas ou subdesenvolvidas. Neste artigo, o autor discute esta concepção e a subverte, apontando as sociedades primitivas como sociedades deliberadamente contra o Estado.

Seu ponto de vista indica uma ação afirmativa das sociedades primitivas: não lhes falta a organização do Estado; é esta estrutura que não serve ao funcionamento das sociedades primitivas na medida em que elas buscam manter-se indivisas e lançam mão de diferentes estratégias para isso.

⁶⁶ Clastres, 2003:207

“A ausência do Estado nas sociedades primitivas não é uma falta, não é porque elas estão na infância da humanidade e porque são incompletas, ou porque não são suficientemente grandes, ou porque não são adultas, maiores, é simplesmente porque elas recusam o Estado em sentido amplo, o Estado definido em sua figura mínima, que é a relação de poder.”⁶⁷

Para manter-se sem a estrutura do Estado, ou seja, sem uma instituição de poder que defira do campo social, importa a manutenção das tradições e das leis que regem tais sociedades. A figura do chefe se faz necessária para garantir este processo de afirmação e constituição da sociedade. Ele deve, dessa forma, zelar pela conservação da sociedade; importa dizer que ele não tem poder sobre os outros: tem a função de um guardião das tradições e das leis legitimadas e reafirmadas coletivamente. Dessa forma, a sociedade permanece indivisa e não há separação entre exploradores e explorados.

“(...) essa não-separação do poder, (...) essa não-divisão do ser social devem-se não a um estado fetal ou embrionário das sociedades primitivas, não a um inacabamento ou a uma incompletude, mas se relacionam com um ato sociológico, com uma instituição da sociedade como recusa da divisão, como recusa da dominação (...)”⁶⁸

Seguindo Clastres em “A arqueologia da violência”, o que move a sociedade primitiva é a guerra, entendida como um movimento de afirmação da diferença entre os grupos e estratégia de garantia da unidade e manutenção de sua identidade. Para isso, há necessidade do inimigo⁶⁹, o Outro perante o qual uma determinada sociedade poderá afirmar-se em sua diferença e garantir sua indivisibilidade. Para o autor isso configura uma lógica do múltiplo, uma vez que a unidade da sociedade primitiva é dependente e implica na relação com outras sociedades.

⁶⁷ Clastres, P., [1974] 2003:236

⁶⁸ Clastres, P., [1977] 2004:206

⁶⁹ “se não houvesse inimigos, seria preciso inventá-los”, Clastres, P., [1977] 2004:267

Para operacionalizar o movimento guerreiro em relação aos inimigos, vital às sociedades primitivas, é preciso ter aliados. Neste sentido, a guerra engendra a produção de alianças.⁷⁰ Este regime de aliança é parcial, funciona enquanto permanece como efeito de relações e acordo imanentes.

“(...) uma comunidade nunca se lança na aventura guerreira sem antes proteger sua retaguarda por meio de iniciativas diplomáticas – festas, convites – que resultam em alianças supostamente duráveis, mas que devem constantemente ser reativadas, pois a traição é sempre possível e, com frequência, real.”⁷¹

Esse funcionamento foi classificado como “inconstância”⁷² por alguns estudiosos de tais sociedades. No entanto, ele dá pistas importantes acerca da afirmação da diferença, que como descrito anteriormente, é um dos eixos das sociedades primitivas.

Pode-se supor que a “inconstância” protagonizada pelos selvagens⁷³ pode ser também entendida como fidelidade à sua diferença. Se as alianças são feitas em nome da guerra, ou seja, para afirmar a diferença e garantir sua identidade como tal, elas podem ser rompidas quando não têm mais este efeito. Neste caso, há uma operação de traição. Mas, podemos nos perguntar quem seria o objeto desta traição? O que é traído é uma troca formalizada, mas não necessariamente a experiência de diferença vivida pelos selvagens.

Assim, a traição pode ser aqui entendida como fidelidade ao processo de diferenciação intrínseco a uma dada sociedade.

Deleuze opõe traição à trapaça. A traição seria o que rompe, o que escapa às possíveis identificações e que efetivamente cria. O traidor⁷⁴ não deve respeito à identidade que lhe é transcendente; ele busca aquilo que expresse suas inquietações contemporâneas, mesmo que disso resulte a

⁷⁰ “o Estrangeiro é então o inimigo, o qual engendra por sua vez a figura do aliado.” Idem:265

⁷¹ Clastres, P, [1977] 2004:259

⁷² Idem:259

⁷³ Nomenclatura para se referir aos habitantes das sociedades primitivas.

⁷⁴ “É que o traidor, é difícil, é criar. É preciso perder aí sua identidade, seu rosto. É preciso desaparecer, tornar-se desconhecido.” Deleuze, G.; Parnet, C [1977] 2004:60

contradição e o paradoxo. O traidor experimenta, percorre trajetos e cria saídas para os impasses criados e enfrentados neste percurso.

Já o trapaceiro sabe de antemão aonde quer chegar. E em nome desse objetivo-fim ele faz todos os desvios e trapaças necessários para reafirmar o que ele já sabia; ele reafirma sua identidade.

Pode-se hipotetizar, então, que as sociedades primitivas ao permanecerem indivisas, são fiéis ao que as constitui como tal, às suas diferenças. Em nome disso, engendram alianças e se voltam contra os inimigos, num movimento que garante sua coesão.

Clastres classifica, dessa forma, a guerra para as sociedades primitivas como um movimento contra o Estado e a favor do múltiplo. Cabe ressaltar que deste ponto de vista, o Estado é entendido como estrutura que resulta e institui a divisão na sociedade entre os que mandam e os que obedecem. Nesta operação está presente a lógica da representação e instaurada a divisão entre súditos e soberanos.

Segundo Deleuze e Guattari⁷⁵ tal divisão está presente no funcionamento de nossa sociedade, o que alimenta o pensamento do Estado como detentor de um saber universal e mantém o estado de coisas conforme manda a Razão (aqui entendida como ciência régia que reafirma os valores dominantes). Assim, existe uma linha que afirma ações e produz pensamentos submetidos ao crivo do Estado.

Não seria essa uma operação de trapaça do Estado para manter o controle e docilizar os corpos?

Na análise que Clastres faz das sociedades primitivas está em jogo o olhar que as determina como subdesenvolvidas. O autor afirma que Razão e violência caminham juntas.

⁷⁵ Deleuze, G, Guattari, F. [1980] 1997

“Descobrimos no próprio espírito de nossa civilização, e coextensiva à sua história, a vizinhança da violência e da Razão, com a segunda não chegando a estabelecer seu reino a não ser através da primeira. A Razão ocidental remete à violência como à sua condição e ao seu meio, pois tudo aquilo que não é ela própria encontra-se em ‘estado de pecado’ e cai então no campo insuportável do desatino. E é segundo essa dupla face do Ocidente, sua face completa, que deve se articular a questão de sua relação com as sociedades primitivas.”⁷⁶

Tal processo deflagra outra camada da divisão da sociedade em civilizados-selvagens, pensadores-executores que, segundo Deleuze e Guattari, são decorrência da diferença ‘governantes-governados’. Pode-se pensar que ele não está presente somente no funcionamento social, mas também na forma de produção de pensamento. Neste sentido, a análise acerca da sociedade dos selvagens que as determina como subdesenvolvidas pode ser igualmente pensada como uma ação do pensamento-Estado.

“Vê-se nitidamente o que o pensamento ganha com isso: uma gravidade que ele jamais teria por si só, um centro que faz com que todas as coisas, inclusive o Estado, pareçam existir graças à sua eficácia ou sanção própria.”⁷⁷

De que forma essa discussão pode potencializar a configuração de uma ação política contemporânea?

A partir do que foi discutido até aqui, pode-se dizer que onde há poder, há Estado, ou seja, interessa a divisão súditos-soberanos. Com isso, se estabelece a hierarquia de um pensamento dominante e, segundo Clastres, o uso da violência para fazê-lo prevalecer.

É necessário precisar que quando se fala em Estado não se está pensando em uma estrutura transcendente, desconectada da produção de

⁷⁶ Clastres, P, [1968] 2003:19-20

⁷⁷ Deleuze, G; Guattari, F [1980] 1997:44

subjetividade. O pensamento-Estado opera em todos nós e cria organizações necessárias para dar contorno e criar fronteiras. O problema se dá quando essa organização se torna rígida e impede o fluxo de novas expressões que se tornam presentes, homogeneizando e sobrecodificando-as. Ou seja, quando se cria um modelo para servir de referência para todas as experiências, categorizando-as a priori.

A prudência e o combate se desdobram, dessa forma, não apenas contra estruturas sociais que massificam e impõem lógicas e regras transcendentais às experiências imanentes, mas contra o próprio exercício do pensamento pautado por esta lógica e a política de subjetivação que ele implica.

“A prudência com a qual devemos manejar essa linha, as precauções que devemos tomar para a flexibilizar, suspender, desviar, minar, relevam de um grande trabalho que não se faz apenas contra o Estado e os poderes, mas diretamente sobre nós mesmos.”⁷⁸

⁷⁸ Deleuze, G; Parnet, C. [1977] 2004: 166

Política-Estado

Pode-se pensar a noção de ação política no campo da militância como ação voltada para o Estado – seu objetivo é a tomada do poder. Tal idéia delinea um campo de atuação restrita ao jogo de poder e sua organização.

*“A revolução busca em essência conservar o poder. Quem o detém é o cerne da questão. É por isso essencialmente conservadora.”*⁷⁹

Neste sentido, Deleuze e Guattari diferenciam o processo revolucionário da Revolução. O processo revolucionário diz respeito a questões sensíveis que trazem em si uma dimensão coletiva na medida em que não constituem questões individuais; já a Revolução resulta na tomada do poder, o que necessariamente concentra sua ação entre poucos, reativando a divisão entre aqueles que detém o poder e aqueles que estão submetidos a ele. Assim, não importa o futuro de uma revolução. Os acontecimentos nela produzidos valem por si. Importa o devir revolucionário. Cabe ressaltar que os autores alertam para o fato de que esses processos não são excludentes e podem se combinar de diferentes formas.

A partir desta argumentação pergunta-se: como seria a ação política que não fosse voltada ao Estado? Qual é sua potência ao se atualizar na produção de subjetividade contemporânea?

No rastro do pensamento da diferença engendrado por Deleuze e Guattari em *Mil platôs*, delinea-se a criação de máquinas de guerra⁸⁰ como inventos que seguem linhas de fuga e, dessa forma, acionam novas percepções.

⁷⁹ Oliveira, L.M.B. 2007:34

⁸⁰ A constituição de máquinas de guerra é trabalhada especificamente no volume 5 da obra acima citada.

Zonas fronteiriças: “no limite, só conta a fronteira constantemente móvel”⁸¹

Os autores afirmam a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado. É esta exterioridade que as constitui, na medida em que as máquinas de guerra são velozes, afectivas (“os *afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra.*”) e operam em segredo; dessa forma elas não se deixam capturar. Esse funcionamento se opõe ao do Estado que, em nome do controle, estratifica e normatiza movimentos, sempre reafirmando seu carácter público e universal.

A máquina de guerra opera conexões com o fora, com aquilo que ainda não foi pensado e codificado, sobre o qual não se tem controle. E nisso encontra-se seu poder disruptivo.

“Não é em termos de independência, mas de coexistência e concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado (...).”⁸²

É nesta perspectiva que apontamos as fronteiras como possibilidades de efetuação das máquinas de guerra; os limites excluem, selecionam o que fica de um lado e o que fica de outro. As fronteiras são possibilidades de composição, de novos modos de coexistência.

Ao abordarem a relação entre ciência régia e ciência nômade, Deleuze e Guattari apontam o potencial das fronteiras. Essa ideia se conecta com as máquinas de guerra na medida em que funcionam pela velocidade, o que as caracteriza também como nômades.

“Por isso, o mais interessante talvez sejam os fenômenos fronteiriços onde a ciência nômade exerce uma pressão sobre a ciência de Estado, e

⁸¹ Deleuze, G; Guattari, F [1980] 1997:34

⁸² Deleuze, G; Guattari, F [1980] 1997:24

*onde, inversamente, a ciência de Estado se apropria e transforma os dados da ciência nômade.*⁸³

Portanto se pode pensar em diferentes operações para as máquinas de guerra. No momento de sua constituição, se dá uma reunião de forças do fora que se consubstanciam afectivamente em fluxos e linhas. Como efeito escapam fluxos que reverberam de formas variadas e imprevisíveis. Ao ganhar consistência, estes fluxos se tornam sensíveis e não podem ser ignorados, irrompendo uma nova percepção e, em potencial, uma nova possibilidade de composição com idéias e linhas já em jogo. Ampliação e constituição de fronteiras.

A partir desta discussão pode-se extrair a idéia de uma ação política contaminada pelos fluxos das máquinas de guerra, caracterizando uma política fronteira, aliada do pensamento do fora. As inquietações e os percursos experimentados nas produções contemporâneas expressariam conteúdos sensíveis que ganham mundo e, dessa forma, flertam e podem estabelecer conexões e desestabilizar o pensamento-Estado.

Não se trata, contudo, de se posicionar de antemão a favor ou contra o Estado, mas estar exposto ao constante exercício do pensamento do fora, criando, nesse zigue zague, diferentes máquinas de guerra.

⁸³ Deleuze, G; Guattari, F [1980] 1997:27

Campo da resistência

A forma pela qual nossa sociedade está organizada atualmente, que modula nossas ações e desejos e dociliza nossos corpos, exige a invenção de máquinas de guerra que possam criar outras formas de expressão e possibilidades para fluxos de vida que pedem passagem.

No contexto do biopoder e da sociedade de controle, como se consubstancia a resistência? Seguindo a idéia já trabalhada de que as máquinas de guerra são exteriores ao aparelho de Estado (entendido como regulador social e como organizador de nossa subjetividade), pode-se pensar na ação política livre do pensamento-Estado.

No livro *“Corpos indisciplinados. Ação cultural em tempos de biopolítica”*, a autora Lucia Maciel Barbosa de Oliveira cartografa diferentes ações culturais que constituem linhas de resistência ao modo de pensamento capitalista contemporâneo.

Em seu percurso, interessa-se por pensar:

“Como se consubstancia a resistência ao capitalismo (...) em tempos globalizados, quando o controle sobre os sujeitos é exercido de forma capilar. Sob a égide de um biopoder, como é possível resistir?”⁸⁴

A partir dessas questões a autora se aproxima de diferentes intervenções culturais que se fazem por todo o planeta.⁸⁵

A partir dessa análise, a autora propõe alguns pontos como tendências da constituição de resistências contemporâneas, como: os grupos de afinidade, a ação direta, o caráter performático das ações, a criação de universos paralelos fora da ação do poder, o nomadismo, as deserções, o êxodo, a descrença nas instituições políticas tradicionais e na representação – que são os pontos nodais da política moderna –, a multiplicidade de

⁸⁴ Oliveira, L.M.B. 2007:16

⁸⁵ Dias de Ação Global, Reclaim the streets, Tute Bianche, Zapatistas mexicanos, Luther Blisset, Greenpeace, Critical Art Ensemble, raves, rádios piratas e Critical Mass.

identidades, a multidão de singularidades, o uso da internet como meio fundamental de reunião, a ação em redes conectadas e conectáveis.

Essa contextualização levou a autora a deslocar a ação de resistência do campo da política para o campo da cultura:

“A aposta é na resistência como possibilidade, como modo de vida, como alargamento da esfera do ser, como processo de libertação baseado na livre expressão de diferenças. Foge, portanto, à esfera política e inscreve-se na cultural, na medida em que visa outras conquistas e cria novas potências de vida. (...) a resistência na atualidade, em tempos de capitalismo global, consubstancia-se como ação cultural e não como ação política, na medida em que a ênfase não é mais no fim a ser alcançado e sim no processo como agente transformador.”⁸⁶

Essa parece ser também a aposta da matéria do Caderno Folhateen, de 08/12/08, categorizada na rubrica política e intitulada “Ideais em ação”:

“O engajamento político perde espaço entre jovens que acreditam que a forma mais eficaz de defender ideais é por meio do ‘faça você mesmo’. Para muitos adolescentes insatisfeitos, a filiação partidária e outras formas mais tradicionais de protesto vêm perdendo o ânimo há tempos. Desde a explosão das ONGs e outras entidades sem vínculos políticos nos anos 1990, um grupo cada vez maior de jovens vem acreditando que a forma mais eficaz de protesto é feita através do ‘faça você mesmo’”.

Será que esta forma de abordagem que desloca a produção de pensamento resistente do campo político para o cultural não contribui com a idéia de esvaziamento da esfera política? E, dessa forma, serve para neutralizar a própria ação de resistência ao categorizá-la como cultural, artísticas?

A partir da hipótese apontada acima, muitos trajetos são disparados. Do ponto de vista da noção de política aqui apresentada, afirma-se a força do

⁸⁶ Oliveira, L.M.B. 2007:16-17

processo como agente transformador. Com isso opera-se um deslocamento do campo da representação (forma de organização para a ação política nos moldes da militância) para o campo da experimentação, abrindo para o registro da imanência. Neste sentido a organização em partidos e instituições políticas perde espaço e ganham potência ações baseadas “na ação direta, no uso do corpo como ferramenta e na intensidade da experiência”⁸⁷.

*“Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa de quem fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede.”*⁸⁸

Tal postura implica em um modo de vida aberto e atento aos atravessamentos do mundo e afirma a dimensão processual da vida. O virtual ganha espessura; o encontro intensivo se atualiza em expressões potentes de reverberação e portadoras de força vital. A aposta está no acontecimento e nas possibilidades que surgem dele, não há territórios consagrados antes da experiência e produção dos mesmos.

*“A crença na ação direta, ou seja, na capacidade individual de agir e compor vontades coletivas, em detrimento da representação, gera outras formas de resistência, tanto em confronto direto quanto na criação de universos paralelos, de alargamento da existência.”*⁸⁹

No entanto, a ação cultural pode ser vista como apenas umas das formas de compor uma ação política. Afirmar que se desloca do campo político para o campo cultural restringe a atuação política a um único formato. Além disso, não se pensa qual o potencial político próprio da ação cultural. A potência política está na possibilidade de trazer a experiência intensiva como elemento disparador das expressões e formas de dar conta da realidade que nos atravessa. E tais expressões podem ser artísticas, mas também existenciais, clínicas, ou seja, diversas. Cada uma delas terá potências de

⁸⁷ Oliveira, L. M. B. 2007: 110

⁸⁸ Deleuze, G. 2006:266

⁸⁹ Oliveira, L. M. B. 2007:15

contágio e impacto diferenciados. Porém todas têm como marca o efeito político de trazer à tona, de forma visível e dizível, formas singulares de contorno da realidade, o que, por sua vez, aponta para o seu caráter produtivo e, portanto, criador de transformação.

Deleuze afirma o potencial de formas de expressão diversas e aponta para uma diferença qualitativa entre criação e domesticação numa passagem em que sugere que a alternativa não é *entre a literatura escrita e o audiovisual* mas sim:

*“... entre as potências criadoras (no audiovisual assim como na literatura) e os poderes de domesticação. (...) As possibilidades de criação podem ser muito diferentes segundo o modo de expressão considerado, nem por isso deixam de comunicar entre si, na medida em que todas juntas devem opor-se à instauração de um espaço cultural de mercado e de conformidade, isto é, de ‘produção para o mercado’”.*⁹⁰

A questão, portanto, está menos na forma encontrada para expressar e criar e mais nos vetores que surgem a partir dessa produção: “esposar o movimento ou então brecá-lo”.⁹¹ Esse é o crivo que marca ações de direita e de esquerda para o autor e que, nesta pesquisa, pode ser pensado como a própria definição de uma ação política: ação-movimento, nômade.

A idéia das entrevistas é pesquisar universos contemporâneos em busca de saídas possíveis, deslocamentos de trajetos que apontem para o alargamento da experiência política; a ativação da potência de vida enquanto um jogo intensivo que aponte para *“experimentar a existência de forma alargada”*⁹².

E o que isso pode dizer da ação política dos dias de hoje? Quais são os trajetos que vêm sendo produzidos?

⁹⁰ Deleuze, G [1985] 1992:164

⁹¹ Idem: 158

⁹² Oliveira, L. M. B. 2007:124

Para pensar essa questão, foram entrevistadas diferentes pessoas com diferentes práticas, listadas a seguir:

- Joana Zatz, cientista social, membro do coletivo Contra Filé;
- Glauco Paiva, artista, ativador de redes sociais;
- Silvio Tambara, professor de matemática, participante da bicicletada;
- Albert Pelegrini, empresário, participante da bicicletada;
- Ricardo Bruns, administrador de empresas, participante da bicicletada;
- Mariah Leick, educadora social, participante do Movimento de Moradia do Centro.

Cada entrevista ajudou a dar conta de uma parte diferente do que se configura como ação política na contemporaneidade e abriu para outras questões que, por sua vez, tiveram diferentes impactos no desenvolvimento deste trabalho. Essas idéias serão trabalhadas a seguir, a partir do relato de partes integrantes das entrevistas, que também contam com registro audiovisual anexo a este texto.

“A política é uma experimentação ativa, porque não se sabe antecipadamente como é que uma linha se vai desenvolver. É necessário fazer passar a linha, como diz o contabilista, o problema está em que é possível fazê-la passar *por qualquer lugar*.⁹³”

⁹³ Deleuze, G; Parnet, C. (1977) 2004:166

5. Entrevistas: contatos, contágios

Joana Zatz Mussi, 32, cientista social

Mapeamento de sentidos que aparecem: micropolítica, corpo, experimentar a cidade, invenção do espaço público, elaboração coletiva, potencial de reverberação da experiência no tecido social.

Joana traz a questão da experiência política para perto: no corpo. Corpo como uma superfície sensível capaz de captar coisas que não fazem sentido, para fazer aproximar percepções paradoxais, para encarnar questões coletivas e, neste movimento, produzir novos sentidos. Vê, nessa produção, o poder político de interferir na vida social e da possibilidade da inscrição de marcas singulares no que é vivenciado coletivamente.

Encarna, na produção do pensamento político, questões que dizem respeito ao plano macro (como a organização da cidade e a produção de discursos oficiais acerca disso), e, simultaneamente, ao plano micro (como essa cidade atravessa meu corpo, construindo a ponte; como eu posso atravessar essa cidade).

Joana se encontra com outros, pois sabe que isso é inevitável. E faz disso pensamento, produz sentido, provoca.

Na relação com os outros (outro-cidade, outro-pessoas, outro-coletivo, outro-família, outro-mídia) inventa-se o espaço público, faz-se política. Política cotidiana, concreta, acessível, possível.

Por conhecer o poder de convocação da experiência, convoca o campo de experiência no outro, cujos efeitos não serão os mesmos. O campo da experimentação está conectado com a ação direta. Mas alerta: sua elaboração deve ser coletiva para sair do campo do pensamento ressecado e entrar no campo do pensamento como ação, intervenção, inscrever marcas.

Parte da *“necessidade de entender a vida no ambiente urbano, na cidade. Elaborar isso coletivamente”* Por isso, fala sempre em grupo,

são muitas vozes. De início, os membros do grupo não sabiam onde iam chegar. Começam a experimentar a cidade: lêem jornais juntos, andam pelas ruas, discutem as sensações que essas experiências provocam, as angústias. Partem do lugar de indignação tal como se apresenta na experiência corporal e do entendimento de que tais afectos têm reflexo numa dimensão política, não estão separados.

Joana acredita, e faz acreditar, na conexão 1:1. Sabe que mexer um fio é reinventar a trama. Sabe que a captura, pelas organizações sociais e por nós mesmos (*“às vezes é muito solitário”*), pode ser combatida no exercício constante de expressar aquilo que nos atravessa e pode criar outras formas de relação. Por isso conta com a atenção daqueles que se colocam à espreita, à espera do novo.

Tem consciência do potencial político de ações impregnadas das urgências sociais e faz disso uma arma de resistência, uma dobra da própria cidade que se contorce, num primeiro momento, para depois voltar-se com suas estratégias metropolitanas de apaziguamento dos paradoxos vitais que se oferecem nas imagens que se espalham por toda parte e podem ser consumidas para produzir auto-imagens conforma. Imagens que produzem o pensamento segundo uma lógica dualista: ou se está contra ou se está a favor.

Fatos que disparam pensamentos

A experiência de participar e assistir a Bienal em comemoração aos 500 anos do Brasil provocou seu grupo que, neste momento, já está organizado em torno de uma prática de experimentação da cidade.

O valor gasto, bem como a criação de um espetáculo era radicalmente diferente da experiência urbana que vinham empreendendo. Como se valoriza a produção deste espetáculo sem se discutir as opressões vividas na cidade? Passam a expressar este paradoxo em diferentes intervenções urbanas.

Percebem que esta experiência começa a reverberar na escala 1:1. Pessoas começam a comentar. O grupo passa a perceber a potência da intervenção quando ela tem sentido: quando conseguem aglutinar uma experiência verdadeira, que tem força, potência, ela, de alguma forma, reverbera no tecido social. Passam a experimentar isso e ver como funciona, testar estratégias, formas, contágios.

Como dar conta de expressar o que captam como mobilizador na cidade e, portanto, como fazer com que isso reverbere no tecido social. Farejam. E buscam a melhor forma de expressão para o que conseguem captar.

Esse processo também aconteceu quando o grupo do qual fazia parte passou a acompanhar as rebeliões nas prisões em São Paulo, no ano de 2001. Viram-se diante de um paradoxo: o que a imagem-mídia diz e produz e o que a experiência de se aproximar dos fatos gera.

Quiseram entender e elaborar coletivamente. Perceberam o gosto pelos fatos e temas tabus: aquilo que se tem medo de falar e leva, na maioria das vezes, para um pensamento dualista: você é a favor ou contra?

Para o grupo interessa fazer aproximações: suspender essa lógica e, com isso, abrir espaço, espaço interno, que, para eles, é o mesmo que espaço na sociedade.

Quando a própria intervenção que realizaram foi manipulada e capturada pelo discurso midiático oficial, perceberam muitas coisas: o que se faz não é brincadeira, tem mesmo um efeito político, a realidade é pois passível de transformação. Puderam corporificar e tornar visível como a mídia constrói os discursos e produz o pensamento dualista. Interviram assim na própria operação de captura da experiência, produzindo abertura de espaços.

Exercício contra o pensamento-Estado: trazer à tona o que fica

sob os discursos oficiais por meio da produção de experiência sensível e de um pensamento criativo que se faz a partir dela.

O grupo parte desta indivisibilidade corpo-sociedade e acredita ser parte integrante do exercício de tornar evidente esse processo de produção do espaço público. E *“só é possível produzir espaço público em público”*. A orientação é atingir uma escala urbana e intervir no imaginário social e, de alguma forma, produzir mudanças, *“balançar alguma coisa, mesmo que seja um fiozinho”*.

Memórias

Joana acha que existe uma especificidade da vivência da geração de filhos de ex-militantes políticos, que tinham uma experiência de luta política clara, consciente, organizada e encontram, nos anos 90, uma espécie de *“vazio político”* e, diante disso, sai em busca de tentar dizer, compartilhar, interferir, inscrever. É interessante notar como a experiência de vazio político aqui é entendida como propulsora de práticas e de pensamento político. Essa visão da geração pós-68, difere de outras visões descritas anteriormente neste trabalho, as quais apontam para a esterilidade, a escassez e até total ausência de idéias e atitudes políticas, por não reconhecerem nestes gestos inovadores os sinais das representações da militância de que dispõem em sua memória de outras décadas.

Fala também da diferença desta experiência no grupo e daquilo que vivenciou no curso de Ciências Sociais. A primeira é encarnada, permite elaboração e inscrição; a segunda é uma politização teórica, descolada dos embates cotidianos.

Joana também toca numa outra questão importante para esta pesquisa que é a política da memória. Sobre isso conta dos álbuns de fotos de sua família que misturam os fatos que aconteciam no país, na família, na vila em que eles viveram. Tais álbuns mostram também o que não deu certo, o que normalmente não aparece, o rompimento, a dor e a relação disso com

a história social mais ampla.

O foco está no processo. Ela caracteriza isso como uma fonte de formação política prática. Localiza sua experiência num fazer político cotidiano, politizar a própria vida, estar sempre atento, em prontidão, transformando a sua vida num ato político. E traz a dimensão coletiva e de inscrição no espaço público.

Contágios

Os grupos de que faz/fez parte têm investido cada vez mais em publicações de suas experiências como forma de se fazerem menos efêmeros do que numa intervenção. Além disso, as idéias podem circular e produzir novas conexões.

Produção e invenção do espaço público: quando se consegue dizer-comunicar aquilo que afecta e potencializa não é banal. O lugar da experiência política está em acreditar nesse potencial, o que nem sempre é fácil, pois muitas vezes nos vemos sozinhos nesta atuação. O político seria, então, a produção constante desse lugar, da forma que as urgências exigirem, no grau que a sensibilidade for capaz de ouvir e nos dispositivos que o pensamento for capaz de criar. Acreditar que a política está aqui: eu posso fazer política, é concreto. E é preciso sempre recriar e reinventar, pois a cooptação pelo mercado de idéias é muito rápida, já que ela ressoa na cooptação da subjetividade pelo próprio desejo, e isso é mais sutil e difícil de administrar. O enfrentamento desta ambigüidade constitutiva é um exercício incessante, que jamais chega a algum lugar garantido.

Glauco Paiva, 37, artista

Mapeamento dos sentidos que aparecem: ativação de redes, encontro, troca de experiências e conhecimentos, colaboração, manipulação, inteligência coletiva.

Glauco começa a entrevista com uma pergunta: por que a procura de jovens para se pensar a experiência política contemporânea? Digo que pretendo cartografar movimentos que apontam para uma atuação política hoje, movimentos novos, outras políticas.

Mostrando estranhamento, ele afirma que tais movimentos se relacionam com determinadas práticas, não com uma determinada faixa etária. Sua afirmação faz balançar a forma de organização até então encontrada pela pesquisadora para perseguir linhas políticas contemporâneas. Permite pensar que, o que a presente investigação busca são movimentos intensos, que têm efeitos nos corpos daqueles que passam por tal experiência e reverberam no tecido social das mais diversas formas. Movimentos que fisgam – e tal fisgada é sempre contemporânea, pois se dá nos encontros, naquilo que nos convoca aqui e agora. Esta elaboração produz um deslocamento na pesquisa: buscam-se práticas contemporâneas e não práticas jovens ou realizadas por jovens.

De volta à entrevista. Glauco acredita que o trabalho com a ativação de redes sociais é político pois tem um alcance grande: muitas pessoas em contato com pessoas que disponibilizam suas tecnologias, diferentes “frentes de ataque”, pois cada um tem sua forma singular de perceber o mundo.

A rede tem a capacidade de “*se espalhar, mas se espalhar junto*”. Que fome a rede vai criar em você? Como você será por ela afetado? Não há garantias de como uma rede virtual vai se desdobrar, mas ela serve como um plano de encontros, como uma fonte viva de experiências e percepções que retornam para a rede. Além disso, as redes virtuais contam com a

especificidade dos recursos tecnológicos que permitem o alcance de muitas e diversas pessoas, o encontro entre pessoas distantes geograficamente, a ativação de diferentes camadas via imagem, música, vídeo – ou seja, a abertura de diferentes frentes simultâneas.

O trabalho com o vídeo, utilizado por ele muitas vezes como estratégia de ativação de redes, tem diferentes potenciais, segundo Glauco. Há a possibilidade da pessoa se ver e se ouvir sem intermediários e avaliar seu desempenho: não há um outro responsável por avaliá-la; ela mesma pode se ver e produzir sentido para o que viu, abandonar idéias sem sentido, criar outras posturas. Características da ação direta que produz inscrições singulares e o efeito de *“falar em seu próprio nome”*.

Aliado a isso há em seu trabalho uma diretriz de disponibilizar rápido tudo o que for produzido pela rede. Com isso, mostra-se que *“dá para fazer”* uma produção utilizando-se recursos tecnológicos mesmo sem ser profissional, convidam-se as pessoas para experimentar e manipular tecnologias, o que pode ter o efeito de empoderá-las. Aproxima-se o uso das tecnologias, deslocando-a de um campo de especialistas.

O uso de tecnologias livres e de baixo custo também são uma diretriz desse tipo de ativação. Isso porque o importante não é a ferramenta ou a tecnologia que se disponibiliza, mas o encontro que se produz entre diferentes pessoas e as possíveis produções que podem surgir daí.

Tal proposta se fundamenta na idéia de que estamos imersos em um campo de inteligência coletiva que precisa ser ativado e agenciado. Glauco explica que o termo *“ativação da rede”* se relaciona com o fato desse campo precisar de um disparador inicial, uma espécie de *“big bang”*. A partir dele as conexões passam a acontecer e ganham expressão na rede virtual. Segundo ele, o sucesso de uma rede virtual se dá quando ações e conexões iniciadas no plano virtual se efetivam no plano real. Com isso afirma que uma rede virtual começa, acontece e depois some – seus componentes se diluem em outras redes, seguem caminhos divergentes. Esse aspecto é interessante

para se pensar que uma rede só é válida quando responde a interesses imanentes, que fazem sentido naquele momento para seus componentes. Quando isso deixa de acontecer ela deve ser abandonada.

A rede virtual consegue ser aberta e focada ao mesmo tempo. Todos podem imprimir sua marca, trazer seus interesses e tecnologias; ao mesmo tempo ela possui um contorno, códigos e linhas que a caracterizam como tal.

Potencial da rede: ativação de encontros

Em tempos de grande valorização do tecnológico, a aproximação com Glauco mostra como o território das tecnologias pode ser ocupado e produzido para dar contorno e visibilidade para questões vitais. Mostra ainda que não há tecnologia boa ou má, seu uso pode ressoar os lugares de especialistas já demarcados na organização vigente ou, ao contrário, criar novas relações, manipulações e encontros.

A rede aparece como um bom aliado para promover contatos e multiplicar encontros a partir do uso de diferentes camadas de ativação da sensibilidade daqueles que estão envolvidos nela: o uso de músicas, de imagens, da produção coletiva. Outro potencial se refere ao fato dela funcionar enquanto há fluxo, enquanto faz sentido para as pessoas. Com isso se evita o risco de reafirmar um espaço vazio para afirmar ideologias ou processos transcendentais.

O trabalho em rede caracteriza o pensamento como uma produção impessoal, imersa num campo de inteligência coletiva que é agenciado no arranjo produzido pela rede.

Bicicletada

Silvio Tambara, 30, professor de matemática; Alberto Pelegrini, 33, empresário; Ricardo Bruns, 28, administrador.

Mapeamento dos sentidos que aparecem: ativismo, revolucionário, recursos políticos, política como ação do Estado, ocupação da rua e dos espaços públicos, disseminação de algo melhor, política como possibilidade relacional, novas percepções e cartografias da cidade, nova política.

Logo de início há uma diferença na estrutura dessa entrevista: acontece entre seis pessoas – a pesquisadora-cartógrafa, o cinegrafista, uma acompanhante curiosa e três entrevistados, participantes de um movimento chamado Bicicletada.

A Bicicletada é a reunião mensal de pessoas interessadas em bicicleta. Acontece toda última sexta-feira do mês, com saída da praça do ciclista, localizada na esquina da avenida Paulista com a rua Consolação. E acontece em Curitiba, aos sábados, com a presença de estudantes universitários. E percorre as ruas do Rio de Janeiro. E conta com skatistas, patinadores, pedestres. Responde também ao nome de Critical Mass, em outros lugares do mundo e em São Francisco (E.U.A.), onde foi disparado o movimento. Trata-se de um encontro entre pessoas diferentes, livre de qualquer regra estabelecida a priori, onde nunca se sabe o que vai acontecer. Um elo forte os une: a bicicleta.

Meu contato aconteceu com um participante da Bicicletada de São Paulo. Após muitas trocas de e-mails, ele pergunta se quero entrevistar mais alguém além dele. Dúvida: essa possibilidade ainda não havia sido pensada. Por que não? Digo que se ele conseguir mobilizar outras pessoas interessadas será interessante ampliar a conversa.

Três rapazes aparecem em minha casa. A conversa flui, prazerosa. De

saída diferentes respostas para a pergunta disparadora da entrevista: qual a experiência política de vocês?

“ *Movimento estudantil, centro acadêmico e... a Bibicletada*” – afirma um deles.

“*Não sei se posso considerar a Bibicletada como um movimento político. Ativista, sim.*”, diz outro.

“*Não diria político, mas tem um caráter revolucionário.*”, aponta o terceiro.

Está mais do que justificada a presença de três integrantes do movimento: ela dá a dimensão da multiplicidade operante no grupo.

Ao longo da entrevistas, muitas afirmações políticas no sentido do que vai se delineando nesta pesquisa aparecem: a criação de novas percepções na cidade, a experiência como portadora de um contágio sensível, não submetido à ação do Estado e, ao mesmo tempo, em contato com o mesmo. Este contato se materializa de diferentes formas: no encontro com a polícia quando ocupam, em grupo de 100 a 400 pessoas, as ruas da cidade; na reivindicação das leis previstas para a circulação dos ciclistas; na conquista, em parceria com uma vereadora⁹⁴, da Praça do Ciclista.

Está presente na discussão a relação de uma concepção de política com uma ação governamental, destituída de uma interação próxima ao que é importante para essas pessoas: o direito e o prazer de andar de bicicleta na cidade. Essa atuação política, é qualificada de “partidária, suja, corrupta e aversiva”, ressoando com o que já foi escrito neste trabalho como descrença no sistema político tradicional.

Desdobram-se, a partir do uso da bicicleta, contatos próximos, encontros com amigos, com a cidade com lindas árvores de 20 metros de altura, a ocupação das ruas, mudanças de atitudes (dos ciclistas e dos

⁹⁴ Soninha Francine.

motoristas), ampliação de territórios. Uma “política nova”, como afirma um dos integrantes.

O que é a Bicletada, como uma imagem única, já não importa. Importa a circulação imanente aos encontros desses corpos, iguais no suor e no desejo de habitar o espaço público, diferentes nas idéias e práticas; importa ampliar essa circulação pela cidade e para outros ciclistas; importa divulgar o conceito Bicletada como possibilidade de nova relação com a cidade, com o corpo, com o automóvel, com o tempo, com o outro. Faça sua própria Bicletada e ela terá a cara que você imprimir nela, que o grupo imprimir nela, já que liderança é algo inoperante no movimento. Massa crítica, “*coincidência organizada*”.

O foco na ação direta é claro: não há espaço para a representação na Bicletada, você deve ter sua própria experiência e repassá-la da melhor forma possível para atrair outros que terão, por sua vez, uma experiência singular, ainda que compartilhada nessa massa.

Efeito que logo se corporifica na pesquisadora-cartógrafa, que não sabe andar de bicicleta. “*O que? Nós ensinamos você*”, se prontificam os rapazes. Prontidão essa que levou o grupo a desenvolver o que é chamado de apadrinhamento: membros da Bicletada que residem próximo ao possível novo ciclista se oferecem para acompanhá-lo pelo percurso que gostaria de fazer como parte de uma rotina até que esta pessoa se sinta segura para fazer tal percurso sozinha, ou, ainda, encontre outros ciclistas que façam o mesmo percurso no mesmo horário. Mesmo para ciclistas experientes, estar em dois cria um corpo diferente na cidade repleta de automóveis, “*em dois você já ocupa uma faixa*”, “e se for atropelado, o outro anota a placa do carro...”, relatam com humor a desigualdade que enfrentam em relação aos muitos automóveis no trânsito intenso de São Paulo.

Os integrantes relatam que a divulgação do movimento é feita por blogs, panfletos, abordagem na rua, boca-a-boca. Relatam a realização de um fanzine e de uma sessão de cinema com temas relacionados à bicicleta,

seguido de debate, produção de camisetas e logos que expressam o conceito da bicicleta. Tudo é feito por iniciativa dos participantes, se alguém sabe realizar algo disponibiliza para o grupo, o que confere uma divulgação heterogênea para o movimento. Os entrevistados chamam atenção também para o fato de tudo acontecer conforme o tamanho do próprio grupo, contando somente com a potência de seus integrantes. Um deles salienta o fato da Bicletada ser um tipo de encontro que, mesmo sem contar com divulgação maciça e verba, tem a capacidade de mobilizar diferentes pessoas e seguir crescendo.

Os integrantes entrevistados fizeram referência à bicicleta como um importante instrumento de igualdade social por ser muito mais acessível do que um automóvel (tanto o valor de compra, como de sua manutenção) e por deixar todos num mesmo plano físico, diferente do que proporciona a experiência de estar num carro.

Contágios

Além de perceberem que o número de ciclistas vem aumentando visivelmente com o tempo, os entrevistados relataram conquistas importantes do movimento: a Praça do Ciclista (de onde sai, mensalmente, a Bicletada), a possibilidade de usar a bicicleta no metrô bem como poder alugá-las em algumas estações e uma parceria com a prefeitura que prevê a sensibilização de 100 motoristas de ônibus para a circulação de bicicletas na cidade (acrescida da realização de uma Bicletada com estes motoristas e outros interessados).

É interessante ressaltar que o crescimento do movimento não se dá somente em relação ao número de integrantes, que em 2006 somava 15 pessoas e hoje chega a mobilizar 400. A ampliação se dá também em relação ao perfil do grupo, formado anteriormente por universitários de classe média e que, atualmente, conta com trabalhadores, esportistas, moradores

de ocupação⁹⁵ e das periferias da cidade, homens, mulheres, jovens e senhores.

Cruzamentos

Além de apontar novos acessos ao corpo e à cidade, a aproximação da Bicletada aponta para diferentes questões vivenciadas nas grandes cidades contemporâneas, relacionadas ao meio ambiente e à circulação.

Em entrevista concedida ao PI, a urbanista Raquel Rolnik aponta a crise da mobilidade atual como um momento de inflexão para o modelo de cidade que temos. Isso porque a mobilidade é uma espécie de questão urbana transversal: afeta a todos, independente de classe social ou percurso cultural. Acrescenta ainda, que solução para tal encruzilhada precisa ser coletiva.

Ao abordar esse tema na entrevista com os ciclistas, a bicicleta foi apontada como um vetor mais amplo neste jogo de forças. Ela é a circulação de um conceito de vida e não apenas de um meio de transporte: ela afeta nossa relação com o tempo, experimentado de maneira mais alargada e passível de planejamento já que não se está influenciado pelos problemas de trânsito tão freqüentes nas grandes cidades; com nosso corpo, na medida em que só se chega de fato onde nossas pernas podem nos levar, o que tem um efeito direto na percepção das necessidades do corpo como alimentação e descanso; proporciona diversos acessos à cidade, que se desdobra em cheiros e imagens novas, imperceptíveis dentro de um automóvel ou mesmo ao se fazer uso do transporte coletivo; e ainda, em relação ao outro, que ganha proximidade.

⁹⁵ Pessoas e/ou movimentos organizados que ocupam prédios ociosos na luta por moradia digna, acesso e usufruto de serviços públicos e de direitos constitucionais.

Mariah Leick, 38, educadora social

Mapeamento de sentidos que aparecem: política como prática cotidiana, funcional e operacional; urgência, sensibilidade, ocupação, organização coletiva, cidade.

Mariah põe a política em funcionamento: sua experiência política se estende ao longo de sua trajetória, pois é engendrada pelos fatos que vive. Quando sua sensibilidade percebe alguma coisa errada ela organiza uma forma de expressão disso: formas de resistir, formas de forjar outras possibilidades de vida.

Relembra que sua atuação começou quando passou a trabalhar no pátio da CMTC, onde era a única mulher e não encontrava vestiários femininos para usar. Passou a reivindicá-los. Mas para quê construir um vestiário para uma única mulher? Outras mulheres começaram a trabalhar lá e Mariah foi ganhando aliadas, sua voz ganhou volume.

Mostra que a política, quando em operação, é uma questão de urgência. O que sua sensibilidade percebe como urgência? A cada situação que se envolve, Mariah cria uma postura. Quando foi morar em um bairro que não oferecia escolas pegou um de seus sobrinhos para gritar a violação do direito à Educação de tantas outras crianças. *“Eu não tinha filho, mas podia ter”*. Suas posturas não respondem a um chamado pessoal: são expressões singulares de um regime de sensibilidade que classifica o que é certo e o que é errado nas distintas situações que testemunha.

Em seu relato não parece haver uma escolha voluntária para perceber o que se torna urgente para ela: *“quando vi já estava envolvida”*. Não estaria aqui em funcionamento o *involuntarismo* que Zourabichivili⁹⁶ usa para caracterizar a política em Deleuze? Ativada a percepção do que é tolerável e

⁹⁶ Zourabichivili, F. apud Alliez, E. (org) 1998:333.

intolerável para dada subjetividade, a pergunta que se coloca é o que fazer quando se percebe algo “*errado*”?

Para Mariah não há dúvidas: é preciso gritar os seus problemas, criar formas de dizê-los, mobilizar outras pessoas, produzir impasses e criar soluções. Qual urgência pode perceber e expressar um corpo? Todas aquelas que sua sensibilidade for capaz de captar. Na experiência de Mariah são variadas as entradas bem como as formas de expressão e produção de saídas para os impasses enfrentados nos diferentes momentos de sua vida. Passou pela UNE, por Associações de bairro, sindicatos, pelos Movimento de Moradia do Centro e Movimento feminista.

Em seu percurso, Mariah aponta para questões caras para se pensar e produzir a vida em grandes centros urbanos. Grita como é ser mulher, grita as diferenças entre viver no centro urbano e em sua periferia, grita como se organiza a questão habitacional, grita como cresce a cidade de São Paulo. Em seu corpo, se produz a fotografia, sempre contemporânea – já que reativada e produzida a cada novo encontro, a cada novo impasse –, da vida urbana em tempos de capitalismo globalizado.

As ocupações permitem morar no centro urbano, onde se tem acesso a serviços básicos, onde a circulação permite encontros com pessoas diversas, com trabalho, com estudos, com as potências que a cidade oferece. No calor da cidade dá-se continuidade ao combate, se permanece visível.

A vida em ocupação também permite o contato com diferentes pessoas: divide-se o espaço, a comida, idéias. Organizam-se reivindicações coletivas, cria-se um corpo coletivo para relacionar-se com o Estado – relação em constante tensão pela luta de posse. Esse agenciamento-ocupação também atrai diferentes pessoas convocadas a pensar e produzir diferentes maneiras de se habitar a cidade: artistas, pesquisadores, trabalhadores do terceiro setor, caracterizando um pólo de produção de pensamento coletivo.

Pode-se observar o pensamento-Estado operando em contraste com a produção da vida em ocupação:

“O Judiciário preserva a coisa, a pessoa é um problema dela.”⁹⁷

A ocupação é uma forma coletiva de dar conta de urgências da vida urbana; o Estado organiza bens, propriedades em nome das leis que têm impacto na vida, mas que regulam e se referem a coisas. Mariah aponta para a seguinte pergunta: quando a vida vai passar a impactar as leis?

Quanto a isso ela faz uma afirmação contundente *“nem meus filhos e netos vão ver a reforma habitacional. Talvez meus tataranetos...”*

⁹⁷ Fala de Oficial de Justiça registrada no vídeo Ocupação Guapira parte 1, do qual Mariah é uma das participantes, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=ffWmTK8_zKo

6. Cartografias possíveis

Outras políticas

A proposta de uma ação política nunca é garantia, é sempre aposta. Aposta na sensibilidade do outro, aposta na produção de novos regimes de percepção, crença no mundo.

“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos.”⁹⁸

Desse ponto de vista não estaria a experiência política próxima a idéia do próprio acontecimento? Para Deleuze, o acontecimento é a composição de corpos heterogêneos que atravessa estruturas diversas e conjuntos específicos, cortando diferentes corpos. E, ao atravessá-los, intensifica-os, promove o díspar. O acontecimento dispara lascas do passado e segmentos de futuro, segmentando o presente. Está encarnado no estado de coisas, mas escapa a ele, está suspenso, é um atributo dele.

É preciso expressar o acontecimento que transpassa o estado de coisas: qual é a questão que atravessa, que convoca, que ativa sensibilidade? Daí se podem produzir sentidos imanentes à experiência, produzir o novo. Assim, a ação política não é algo em si, mas um fluxo que arrasta corpos e movimentos heterogêneos na direção das afecções imanentes os encontros.

Diante disso, duas camadas da experiência política se abrem: a primeira consiste em produzir acontecimentos, por mais mínimos que sejam, ao convocar no outro a experiência intensiva e ao se deixar levar por linhas desterritorializantes; a segunda consiste em posicionar-se diante dos acontecimentos – uma vez que uma fissura irrompe, que somos arrastados

⁹⁸ Deleuze, G. [1990] 1997:218

por uma linha, que percebemos algo intolerável, o que fazer? Ignorá-la ou produzir e sustentar novos regimes de percepção?

A produção de sentido só é possível quando se pergunta pelo não-sentido: o que está acontecendo? Desta forma, o produtor de sentido é coletivo. E o grande aliado dessa operação é o acontecimento: é preciso ser fiel a ele para afirmar e fazer existir aquilo que a sensibilidade pôde captar; caso contrário, a produção irá reiterar representações já existentes e disponíveis para o consumo, o que alimenta e fortalece o regime vigente.

Um importante componente da possibilidade de abraçar o acontecimento é desinvestir a idéia de identidade fixa na constituição de si: o acontecimento é inseparável do nomadismo que lhe dá origem e condições de possibilidade e que, ao mesmo tempo, ele produz e espalha – ele é um dissolvente das formas de vida cristalizadas. Entendida dessa forma, a ação política pode ser cartografada nos mais variados movimentos (assim como delineado nas entrevistas), apresentar os mais diversos códigos e ocupar os mais diversos territórios. Algumas características podem ajudar a dar contorno e potencializar ações políticas:

- **Política intempestiva**

Irrupção do acontecimento em uma cena aparentemente bem ordenada que ele vem perturbar. A ação política traz à tona um novo regime de sensibilidade, contemporâneo ao acontecimento. O intempestivo provoca fissuras e catalisa novos agenciamentos para dar conta do que se rompeu.

- **Política transversal**

Porque desta perspectiva, a política não começa nem termina num lugar específico da atividade social, mas surge de agenciamentos coletivos flagrados no gesto de uma ação e produz movimentos em diferentes direções. O encontro intensivo é aquele que reverbera, transversalmente, em outros lugares: salta para outros registros, põe em funcionamento.

- **Política nômade**

*“Entendida como uma forma de tratar a ciência, a ciência nômade se opõe à ciência régia. Enquanto esta se caracteriza por teoremas e constantes, aquela depende de problemas de fluxos e suas variações contingentes, manifestando um esforço de tornar o pensamento independente do modelo do Estado.”*⁹⁹ Política nômade como possibilidade de produção de pensamento deslocado do eixo Estado, pensamento que desbloqueia fluxos vitais.

Para uma ação política efetiva afirma-se o jogo intensivo entre os elementos descritos. Não há necessidade da presença de todos estes elementos para caracterizar uma ação como política. A afirmação posta em operação aqui aponta para estes vetores como fundamentais para a constituição de novos regimes de sensibilidade e, com isso, de novas cartografias possíveis.

Seguindo os percursos das entrevistas, as ações podem compor-se de diferentes maneiras. Uma mesma pessoa pode participar da bicicletada e morar em uma ocupação; produzir intervenções urbanas e participar de redes virtuais; fazer parte do movimento de moradia e de intervenções urbanas. O engajamento se dá a partir das urgências que cada um puder estabelecer como frentes vitais. E neste movimento de expressão de urgências sensíveis criam-se políticas outras.

Políticas outras

A resistência não tem movimento. O desvio já é um movimento, mas ainda em função do inimigo. A linha de fuga é uma produção outra, uma criação diferencial. Outrem é uma possibilidade: no momento de criação, o possível dá a vida uma dimensão que ela não tinha e devolve a sensação de uma nova possibilidade de vida.

⁹⁹ Goldman, M. ; Lima, T.S., apud Clastres, P. [1974] 2003:8 – 9.

Uma ruptura política é a percepção de que uma possibilidade de vida nova surgiu, expressá-la, agenciá-la. É instaurar processos e experiências de descaptura de nosso pensamento, aquilo que pode contagiar dinâmicas vitais e engendrar outros possíveis. É involuir, desfazer-se de tudo aquilo que emperra certa vitalidade; é por involução que se propõem saídas.

Uma ação política não se cria como resistência, ainda que seu efeito e sua expressão possam fazer resistência a determinados modos vigentes; cria-se a partir de uma urgência sensível e se afirma em sua positividade.

Dessa forma, uma ação política não opera referenciada em um regime hierárquico de urgências: todas elas são válidas. No entanto, seu potencial de reverberação e contágio está diretamente relacionado com a capacidade de acesso ao intensivo; ou seja, seu grau de potência depende do grau de rigor na capacidade de expressar tal urgência.

Neste sentido, suas expressões são diversas e trazem como força múltiplas formas de ação, tais como as acessadas na produção desta pesquisa.

As entrevistas e leituras que compõem este trabalho foram selecionadas pelo desejo de delinear um campo de ação política contemporânea. Serviram para seguir linhas e traçar contornos que nos permitem esboçar uma cartografia de ações políticas.

Num primeiro movimento, a análise aqui empreendida apontou para o fato de que a produção de uma ação política contemporânea tem menos a ver com a faixa etária com a qual se conecta do que com a intensidade envolvida no processo; isso porque o encontro intensivo é sempre contemporâneo, na medida em que nos convoca para afectos imanentes disparados no encontro.

Diante disso, a postura política seria aquela que espreita o que há de potencializador, mas também de impotencializador, nos encontros e conta com táticas para trazer para o plano visível (no sentido de que possa

ser expresso e, portanto, compartilhado) aquilo que se produz no campo intensivo.

É a partir deste funcionamento que se organiza a prática de intervenção urbana do grupo de Joana. A partir de um contato intensivo com a cidade, o grupo busca expressar os paradoxos e sensações que encontra neste percurso. Prática política que opera no corpo dos envolvidos na experiência, bem como naqueles que entram em contato com ela. Política que reverbera na cidade.

Do corpo

As experiências acessadas para compor este trabalho agenciam o corpo em sua dimensão intensiva. O corpo que capta intensidades, vibrações; o corpo sem órgãos, nas palavras de Deleuze e Guattari.

Nas intervenções urbanas do grupo do qual Joana faz parte a experiência sensível dispara a criação das expressões que ficam inscritas no corpo social. É a partir do contato intensivo experimentado na cidade e percebido no corpo que se pode aproximar cidades subjetivas do discurso produzido pela mídia; perceber a vida como um processo em construção; posicionar-se no entrecruzamento de forças em jogo neste processo.

A Bicletada traz o corpo como um disparador de encontros com a cidade, com motoristas, com a bicicleta, com outros ciclistas. Constitui-se na criação de um corpo coletivo que ocupa as ruas da cidade e cria outros modos de circulação imanentes à potência corporal. Uma outra cidade...

A sensibilidade de Mariah posta no movimento-ocupação vive uma espécie de “*orgasmo coletivo*” que a potencializa e a faz caracterizar sua participação em ocupações como uma espécie de “*vício*”.

No relato de Glauco, o corpo se desprende da idéia de presença concreta e abre espaço para o agenciamento virtual do corpo como intensidade.

Neste exercício de espreita, a ação política expressa os elementos singulares que povoam seus múltiplos fluxos. É importante destacar que não se trata aqui de perseguir individualidades, mas individuações sem sujeito; vetores que atravessam a experiência e que constituem seu território ou o arrastam para sua desterritorialização, formando rachaduras, fissuras.

“Detectar quais as linhas de fuga presentes em uma sociedade – quais seus contornos, seus pontos de mutação – é perceber onde tal sociedade pode vacilar, onde rachaduras se tornam visíveis, onde ameaça trincar.”¹⁰⁰

Quando se valoriza a experiência sensível, o foco do olhar passa a ser o processo de produção daquilo que potencializa, que aponta para o novo. Há um deslocamento do campo da representação para o campo da afecção.

“o corpo sem órgãos é um ovo: é atravessado por eixos e limiares, por latitudes, longitudes e geodésicas, é atravessado por gradientes que marcam os devires e as passagens, as destinações daquele que aí se desenvolve. Nada é aqui representativo, tudo é vida e vivido (...).”¹⁰¹

A ação direta como princípio

Tal relação com o corpo pressupõe a ação direta como um princípio na promoção de uma ação política. Somente a partir do acesso ao campo sensível pode-se criar novas percepções e expressões para o que se experimenta. Isso não quer dizer que seja necessário passar pela mesma experiência que levou o outro a criar, a acessar seu corpo sensível. No entanto, é preciso promover contatos diretos, ativar a sensibilidade, o que pode ser feito de inúmeras maneiras. Como assinala Joana, quando uma experiência é real, portadora de verdade, ela reverbera.

Seguindo este princípio, a ativação de redes propõe uma relação sem intermediários, de manipulação direta de tecnologias. A máxima “faça-você-mesmo” ganha potência quando acessada em seu campo sensível, portador

¹⁰⁰ Oliveira, L.M.B. 2007:51

¹⁰¹ Deleuze, G; Guattari, F. [1972]:26

de questões coletivas; todo o contrário das visões que nela enxergam apenas esvaziamento político e bloqueiam com isso a proliferação de sua potência, participando assim da própria produção de tal esvaziamento.

Aliada a isso, a manipulação de tecnologias (sejam técnicas ou existenciais) empodera os envolvidos na experiência, promovendo a ocupação de lugares habitualmente consagrados a especialistas por aqueles que se dispõem a experimentar.

Por isso a experiência política é aquela que se dá no acesso ao campo intensivo, o qual se torna possível tanto naquele que age quanto no meio em que se dá sua ação. Estamos longe da redução do político ao campo da representação, longe dos programas previamente estabelecidos. Neste regime de experiência se vive diretamente a produção de diferença, pois estar exposto à ação direta cria contatos dos quais não se podem escapar, inscreve marcas, desencadeia processos.

“viver uma experiência de forma intensa, sem que dela se possa sair incólume.”¹⁰²

Na ativação de redes sociais empregada por Glauco, permitir que os envolvidos manipulem tecnologias é permitir que eles tenham sua própria experiência e possam expressá-la de forma singular. O potencial da rede como um plano de visibilidade destas experiências convida à produção coletiva. Experiência política de percepção do pensamento como um jogo intensivo e coletivo, não como propriedade e arquivo morto.

Ao mesmo tempo em que a experiência política aqui afirmada supõe a ação direta, ela se dá nos encontros. Dessa forma, ela supõe o outro, aquele que nos atravessa e provoca, aquele que nos obriga a pensar e criar novas formas de expressão. Aqui também não se trata do outro pessoalizado, o pensamento não nos pertence; ele nos atravessa. Trata-se daquilo que expande nossa potência e convoca nossa força de criação; pode ser uma pessoa, um som, uma imagem, mas é sempre em relação.

¹⁰² Oliveira, L.M.B. 2007:114

Sendo assim, é possível afirmar que o acesso ao intensivo pode se dar a partir de muitas entradas. No entanto, não se pode abrir mão da ação direta, da manipulação (seja ela conceitual, prática, existencial). As diferentes experiências acessadas neste trabalho apontam para a necessidade de promover o encontro com o outro, espalhando um regime de afectação que instaura novas sensibilidades e alarga a percepção e a produção de mundo.

Multiplicidade

A multiplicidade pode ser pensada como uma força comum às experiências acessadas. No caso da Bicicletada, isso se deu desde a proposta de inclusão de outros integrantes do movimento na entrevista para enriquecer o relato e não para fornecer uma imagem única, fechada do que seria a Bicicletada.

Na ativação de redes virtuais afirma-se a potência de se agir em diferentes e simultâneas frentes para se ativar sensibilidades. Espalhar-se e promover encontros diversos como meio de fortalecer a rede.

A vida em ocupação permite o encontro com pessoas diversas: pessoas que vivem na ocupação e outras que encontram nela um lugar fértil para pesquisa, para pensar na questão habitacional, para resistir...

Quantas cidades se abrem ao acompanharmos a Bicicletada? O que dizer dos múltiplos encontros que a ativação de uma rede social pode produzir? Como conter as reverberações de intervenções urbanas no nosso corpo? E no tecido social? O que as ocupações nos dizem sobre a cidade? E sobre o que pode um corpo?

Deste contato se produzem novas formas de sentir que são a expressão singular da alteridade e da paisagem do mundo em forma de experiência sensível – produção de corpo e produção de mundo, simultaneamente. Produção de subjetividade.

“imagens, corpos e declarações não representam apenas ‘alguma

coisa', mas criam mundos possíveis, geram a transformação de subjetividades e de seus modos de sensibilidade."¹⁰³

O que se fará com aquilo de novo que se produz é uma escolha política. Pode-se ignorar seus efeitos e continuar repetindo palavras de ordem, ocupando territórios antigos. Mas o único jeito de produzir o novo e de constituir territórios coextensivos aos encontros é a experiência intensiva, aquela da qual não saímos incólumes.

"Germinar possibilidades infinitas, não determinadas, abertas. Apossar-se da vida como única maneira de transformá-la."¹⁰⁴

Tudo isso nos leva a pensar que experiência política é um campo aberto: um plano de consistência que se oferece como possíveis conexões, sempre múltiplas. É um mapa, sempre aberto, com diferentes entradas e múltiplas saídas.

"Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não produz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação."¹⁰⁵

¹⁰³ Mesquita, A. 2008:42

¹⁰⁴ Oliveira, L.M.B. 2007:115

¹⁰⁵ Deleuze, G; Guattari, F. [1980] 1995:22

Pensamentos urbanos

As práticas acompanhadas neste trabalho têm lugar na cidade de São Paulo. Ainda que este não tenha sido, *a priori*, um foco da pesquisa, essa questão comum salta da voz dos entrevistados, delineando práticas e questões transversais à vida em grandes centros urbanos. Como circular, como morar, como se organizar, como expressar paradoxos vividos na experiência sensível com essa cidade?

As experiências sugerem posturas políticas diversas. Políticas por dizerem respeito ao contato sensível que cada um experimenta ao viver nesta cidade e por criarem a partir daí outros modos de perceber e produzir a vida na cidade. Políticas por reverberarem no tecido social e contagiarem outros cidadãos. Políticas por responderem às urgências percebidas na experiência de cada um dos entrevistados e expressadas de forma singular. Políticas por se fazerem como fronteira entre o Estado-cidade e a cidade que pulsa na vida de cada um. Políticas por dizerem de um coletivo cidade, de um funcionamento compartilhado por muitos. Políticas por ousarem pensar uma cidade que ainda não foi pensada, cidades outras. Políticas, enfim, por traçarem novos possíveis.

Bibliografia

ALLIEZ, Eric

[1998] 2000, *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*, São Paulo: Editora 34.

BERGSON, Henri.

[1934] 2006, *O pensamento e o Movente*, São Paulo: Martins Fontes.

BENJAMIN, Walter.

1985, *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*, São Paulo: editora Brasiliense.

BOSI, Ecléa.

[1979] 1983, *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz.

CLASTRES, Pierre.

[1974] 2003 *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.

[1980] 2004 *A arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify.

DELEUZE, Gilles.

[1969] 2003, *Lógica do sentido*, São Paulo: Perspectiva.

[1972] 2006, *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras.

[1990] 1992, *Conversações*, São Paulo: Editora 34.

[1993] 1997, *Crítica e clínica*, São Paulo: Editora 34.

[1988] 2003, *Deux régimes de fous: Textes et entretiens, 1975-1995*, Paris:

Les Editions de Minuit.

DELEUZE, Gilles e **GUATTARI**, Félix.

[1980] 1995, *Mil platôs Volume 1*, São Paulo: Editora 34.

[1980] 1995, *Mil platôs Volume 2*, São Paulo: Editora 34.

[1980] 1997, *Mil platôs Volume 4*, São Paulo: Editora 34.

[1980] 1997, *Mil platôs Volume 5*, São Paulo: Editora 34.

DELEUZE, Gilles e **PARNET**, Claire.

[1977] 2004, *Diálogos*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.

GUATTARI, Félix e **ROLNIK**, Suely.

[1986] 2006, *Micropolítica. Cartografias do desejo*, Petrópolis: Vozes.

GASKELL, George.

2002, *Entrevistas individuais e grupais*. In: BAUER, Martin W.; _____ (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

HARDT, Michael e **NEGRI**, Antonio.

[2004] 2005, *MULTIDÃO*, Rio de Janeiro: Editora Record.

LARROSA, Jorge.

2004, *Linguagem e educação depois de Babel*, Belo Horizonte: Autêntica.

LAZZARATO, Maurizio.

[2004] 2006, *As revoluções do capitalismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa.

2007, *Corpos indisciplinados. Ação cultural em tempos de biopolítica*, São Paulo: Beca.

POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, Coletivo.

2008, *Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo*, São Paulo: Editora PI.

ROLNIK, Suely.

[1989] 2007, *Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*, Porto Alegre: Sulina.

2007, *Com o que você pensa?*, Inédito. Apresentado como conferência com o título *Avec quoi tu penses?* no ciclo de conferências *L'art contemporain et les savoirs hétérodoxes*, organizado por ocasião da exposição Martha Rosler Library. Institut National d'Histoire de l'Art (INHA), Département d'Art et Mondialisation, Paris, 20/11/07.

2008, *Antropofagia Zumbi*, (a) In: CESARINO, Pedro; REZENDE, Renato; COHN, Sérgio (Org). São Paulo: Azougue, 2008, pp. 207-220. # ISBN: 978-85-88338-91-3. Publicado a partir de simpósio apoiado por edital Cultura e Pensamento, Ministério da Cultura (MinC). Originalmente publicado em: *Zombie Anthropophagy*. In: IVET, Curlin; NATASA, Ilic (Org). **Collective Creativity dedicated to anonymous worker**. Kunsthalle Fridericianum: Kassel, 2005. Edição bilíngüe (alemão/inglês). # ISBN: ?; *Anthropophagie Zombie*. In: *Mouvement. L'indiscipline des Arts Visuels*, nº 36-37, pp. 56-68. Paris : Artishoc, sept-décembre 2005. # ISSN: ?; *Antropofagia zombie*. In: *Brumaria 7: Arte, máquinas, trabajo inmaterial, Una introducción* Madrid, Documenta 12 Magazine Project, 2006, pp.? # ISSN: 1811-1696. Título do número: *Extradisciplinaire*. Disponível em: <<http://transform.eipcp.net/0507>>.

2008, ROLNIK, Suely B.. **Desentrenhando Futuros**. In: *Revista ComCiência*. Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da UNICAMP (# ISSN 1519-7654). *REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO* Tema do número: *Consumo*. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=36&id=423> ; *Desentrenhando Futuros / Desentrañar futuros*, In: **Conceitualismos do Sul/Sur. (b)** FREIRE, Cristina; LONGONI, Ana. São Paulo: Anablume (no prelo).

SOUZA, JaniceTirelli Ponte de.

1999, *Reinvenções da utopia. A militância política de jovens dos anos 90*, São Paulo: Hacker Editores.

VENTURA, Zuenir.

2008, *1968 O que fizemos de nós*, São Paulo.

Sites consultados:

www.bicicletada.org

www.hijos.org.ar

www.pinacoteca.org.br

www.youtube.com